

2023

Relatório e Contas

IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA.
Av. da República 25, 5ª-A, 1050-186 Lisboa - Portugal. Capital Social de 1.000.000,00 Euros.
Registada na Conservatória do Registo Comercial sob o número único de matrícula e identificação fiscal 502 151 889.

ÍNDICE

<i>Relatório de Gestão do Conselho de Administração</i>	3
<i>Síntese de Evolução dos Mercados em 2023</i>	6
<i>Evolução da Indústria de Fundos de Investimento em 2023</i>	12
<i>Principais Iniciativas Legislativas de 2023</i>	15
<i>Principais Eventos de 2023</i>	19
<i>Gestão de Risco em 2023</i>	22
<i>Atividade Comercial em 2023</i>	25
<i>Desempenho Financeiro em 2023</i>	33
<i>Perspetivas para o triénio 2024/26</i>	37
<i>Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade em 2023</i>	43
<i>Proposta de Aplicação de Resultados de 2023</i>	45
<i>Estrutura e Práticas do Governo Societário</i>	47
<i>Nota Final</i>	51
<i>Anexos</i>	54
▪ Demonstrações Financeiras e Notas Anexas	
▪ Relatório de Auditoria	
▪ Certificação Legal de Contas	
▪ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	

Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Em linha com os desafios enfrentados nos últimos anos, 2023 configurou-se como mais um ano de múltiplas e inesperadas dificuldades para a indústria de gestão de ativos, marcado pelo agravamento das tensões geopolíticas, pela persistência inflacionista e pela crise no sector bancário, entre outros fatores que condicionaram a atividade dos mercados financeiros.

No entanto, as economias globais confirmaram a sua resiliência e os bancos centrais atuaram de forma rápida e certa, resultando num desfecho bem mais favorável do que inicialmente esperado.

Neste cenário, a atividade desenvolvida pela IMGGA resultou num crescimento significativo, tendo sido a Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário que no ano de 2023 registou maior crescimento dos ativos sob gestão no mercado português, contabilizando em 31 de dezembro de 2023 um crescimento de €535M, dos quais €319M resultaram de vendas líquidas e o restante foi proveniente do efeito de valorização de mercado.

No final de 2023 a quota de mercado da IMGGA nos Fundos de Investimento Mobiliário totalizou 22,2%, com um total de ativos sob gestão de €4.140M, representativo de um crescimento relativamente a 2022 de 14,8%.

O cenário de subida de taxas de juro beneficiou de forma diferenciadora os fundos de curto prazo e de obrigações, sendo expectável a continuidade da sua valorização durante o primeiro semestre de 2024, num cenário de baixa das taxas de juro, beneficiando da atual estrutura das carteiras de investimento dos fundos.

Em termos estratégicos, ao longo de 2023 foi dada continuidade ao projeto da IMGGA estabelecido para o triénio de 2021-2023, tendo neste âmbito sido desenvolvidas iniciativas para (i) continuar a consolidar o crescimento dos fundos mobiliários da Sociedade, recuperando as rendibilidades

negativas do ano de 2022, (ii) apostar no crescimento da atividade de fundos de capital de risco recentemente iniciada, (iii) promover o alargamento das redes comerciais através das quais a IMGGA está a comercializar os seus fundos, tendo crescido no ano de 2023 de 8 para 9 entidades financeiras distribuidoras (iv) dinamizar a incorporação de fundos de prazo definido, atividade na qual foram colocados mais de €239M, e (v) a preparação do alargamento de atividades para a gestão de fundos de investimento imobiliário e oferta de gestão patrimonial e outros serviços conexos.

Adicionalmente, foram reforçados os procedimentos e sistemas internos com vista à ampliação das atividades previstas em termos de plano estratégico, mas também no sentido de dotar a Sociedade com a capacidade necessária à sua evolução no projeto de digitalização, permitindo automatizar processos e preparar a estrutura para os desafios previsíveis para o futuro.

O investimento significativo realizado em sistemas e meios deverá trazer resultados tangíveis a breve prazo, estando em curso um planeamento dinâmico que permitirá alargar a atual oferta a novas soluções de investimento, comercializadas através de canais alternativos de distribuição, em linha com a tendência da oferta dos principais concorrentes a nível internacional.

No âmbito das atividades desenvolvidas continuou a ser realizado um forte investimento na formação e na preparação das equipas da Sociedade para o projeto de consolidação e alargamento de atividades em curso.

Importa destacar que o processo de internacionalização, iniciado em 2022, se encontra devidamente preparado para avançar no primeiro trimestre de 2024, estando em curso diversas iniciativas que nos permitem confiar num rápido

crescimento na atividade internacional, direcionada numa primeira fase a investidores institucionais do mercado espanhol, francês, italiano, alemão e do Reino Unido.

Nota ainda para o empenho posto no investimento de recursos e meios na preparação da IMGa para a oferta de soluções ESG, adaptando não só os fundos, mas a estrutura de toda a Sociedade com vista a tornar-se uma referência na temática ESG.

Durante o ano de 2023 foram conseguidos os melhores resultados operacionais de sempre, fruto da dedicação de uma equipa fortemente empenhada em dinamizar o âmbito das atividades atualmente desenvolvidas e as que futuramente deverão passar ser desenvolvidas a partir do segundo semestre de 2024.

Síntese de Evolução dos Mercados em 2023

Síntese da Evolução dos Mercados em 2023

ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

À semelhança de anos anteriores, os desenvolvimentos económicos em 2023 foram ainda condicionados pelas distorções originadas pela pandemia. Ainda assim, a trajetória destas distorções foi no sentido da sua normalização, o que contribuiu por um lado para a estabilização das condições económicas e por outro para o retrocesso significativo da inflação.

As expetativas da generalidade dos analistas à partida para o ano de 2023 eram de uma perda de momento da economia mundial, consistente com uma estagnação ou mesmo uma quebra do nível de atividade em várias economias desenvolvidas, fruto do impacto da maior subida das taxas de juro desde a década de 80, da deterioração das condições financeiras e da perda de rendimento real disponível, entre outros fatores.

Contrariamente ao esperado, a dinâmica económica global provou-se mais resiliente, na sequência da correção do preço das matérias-primas, do suporte da política orçamental, do papel estabilizador das poupanças acumuladas durante o período pandémico e da extensão de maturidades da dívida do sector privado a taxas de juro historicamente baixas, o que permitiu mitigar ou mesmo adiar o choque financeiro produzido pela subida significativa das taxas de juro de mercado.

Apesar da continuidade da guerra na Ucrânia e do reforço das tensões geopolíticas no Médio Oriente, prevaleceu ainda assim a trajetória descendente dos preços das matérias-primas, a partir de máximos atingidos no verão de 2022. As cotações do gás natural e do petróleo atingiram mesmo o nível mais reduzido desde meados de 2021, ou seja, abaixo do patamar verificado antes do início da guerra na Ucrânia, o que minimizou o impacto

económico nos sectores mais intensivos em energia e contribuiu para o retrocesso da inflação.

Também o papel estabilizador da política económica/orçamental foi determinante para suportar o nível de atividade económica entre o final de 2022 e 2023. Este elemento foi particularmente relevante nos EUA, fruto do suporte ao investimento associado ao *Chips Act* e ao *Inflation Reduction Act* e da quase duplicação do défice orçamental, de 3,9% no ano fiscal de 2022 para 7,5% em 2023. Destaque ainda para a alteração radical da resposta da China à pandemia, com a remoção integral das restrições pandémicas mais prematura e célere do que o esperado e para a manutenção de algumas medidas estatais de amenização do impacto da inflação na Área do Euro.

Um conjunto de fatores associados à herança pós-pandémica foi igualmente determinante para amenizar o impacto dos choques económicos ocorridos ao longo dos últimos dois anos. A utilização das poupanças excedentárias acumuladas durante o período pandémico e a supressão das taxas de poupança garantiram uma continuidade dos padrões de consumo, mesmo perante quebras significativas dos níveis de rendimento real disponível. Por outro lado, os acréscimos das margens de lucro empresariais, resultante dos elevados níveis de procura e da escassez de oferta, permitiram em simultâneo manter os níveis de emprego em máximos históricos e suportar o investimento. Por fim, depois de atingidos níveis historicamente reduzidos de inventários no final de 2022, a normalização do funcionamento das cadeias de abastecimento contribuiu para a recuperação da atividade económica em alguns sectores, com destaque para a indústria e em particular para o sector automóvel.

A progressividade do mecanismo de transmissão da política monetária para a economia real provou-se mais demorada do que o esperado pela generalidade dos analistas, o que mitigou as implicações financeiras da subida agressiva das taxas de juro dos últimos 18 meses. A extensão de maturidades da dívida do sector privado a taxas historicamente baixas permitiu ampliar este fator e desta forma adiar o seu impacto na economia real.

O principal fator de risco para a economia global em 2023 foi, no entanto, em larga medida imprevisível. Este correspondeu à perceção de fragilidades no sector financeiro (relacionadas com desequilíbrios no balanço e com perdas financeiras não-realizadas), o que originou volumes significativos de fuga de depósitos em alguns bancos nos EUA, conduzindo à falência de 3 bancos e produziu ondas de choque a todo o sistema e à escala global. Embora numa perspetiva não diretamente comparável, a situação de stress no sector fez-se sentir igualmente na Europa, o que culminou com a resolução do Credit Suisse. A célere resposta das autoridades, em particular da Fed, através de medidas como a garantia total dos depósitos e a criação de um mecanismo de cedência de liquidez a condições bastante favoráveis (*Bank Term Funding Program*), contribuíram decisivamente para eliminar os riscos de uma crise de natureza potencialmente sistémica para o sector e para a economia mundial.

A resiliência da economia mundial assentou maioritariamente na atividade relacionada com o sector dos serviços, no seguimento da rotação do padrão de consumo de bens, característico do período pandémico, para os serviços. Inversamente, a atividade industrial mostrou-se vulnerável, com uma expansão média em 2023 de apenas 0,8% contra o nível produtivo de 2022. Nota ainda para o retrocesso das trocas comerciais internacionais (-1,9% até outubro, face à média do volume de trocas comerciais em 2022), uma evolução que reflete não apenas a menor exuberância da procura global assim como o efeito

de composição da mesma, mais direcionada para os serviços. O enquadramento internacional de maior protecionismo e o impacto desfasado da apreciação do dólar estão igualmente entre os fatores explicativos deste fenómeno.

Em termos agregados, o PIB mundial avançou a um ritmo anualizado marginalmente acima de 3% no 1º semestre de 2023, antecipando-se alguma desaceleração no 2º semestre, o que constitui um registo historicamente modesto.

À semelhança das divergências sectoriais, também em termos geográficos foram evidentes os desempenhos diferenciados. Os EUA, o Japão e economias emergentes como o Brasil e a Índia estiveram em plano de destaque em 2023, em oposição ao arrefecimento mais acentuado na Área do Euro e do Reino Unido e aos desafios de carácter mais estrutural da China.

Mais detalhadamente, o crescimento económico dos EUA mostrou-se mais sólido do que o esperado, o que forçou revisões significativas em alta das projeções da generalidade dos analistas. Com efeito, no início de 2023 a mediana destas projeções indicava uma expansão inferior a 0,5% do PIB real dos EUA no ano, o que contrasta profundamente com as projeções atuais, que superam 2%, acima do crescimento exibido em 2022. Esta evolução teve como pilar principal o consumo privado que, com base na solidez do mercado laboral e na perceção de riqueza proporcionada pelas poupanças acumuladas no período pandémico, superou a evolução do rendimento real. O investimento em estruturas cresceu significativamente, nomeadamente no subsegmento de manufatura, impulsionado pelos benefícios fiscais associados ao *Chips Act* e ao *Inflation Reduction Act* nos EUA, e que explicou uma proporção significativa do crescimento do investimento não-residencial em 2023.

Por outro lado, embora mais robusto do que o esperado, o desempenho económico da Área do Euro foi radicalmente inferior em 2023. Projeta-se

um crescimento próximo de 0,5% da região no ano, uma cifra modesta quando contabilizado o efeito de *carryover* de 0,36pp para o ano, o que acentua a evidência de estagnação do ritmo de atividade da região.

Apesar da resiliência do mercado laboral e do crescimento dos salários, a vulnerabilidade económica da região decorreu maioritariamente da procura doméstica. O impacto da subida das taxas de juro e da perda de rendimento real disponível fez-se sentir de forma mais notável neste bloco, embora os contributos do consumo privado e do investimento para o crescimento do PIB tenham sido marginalmente positivos. Os contributos das exportações líquidas (decorrente da melhoria significativa dos termos de troca e das atividades relacionadas com o turismo) e da acumulação de inventários (no 2º trimestre de 2023) permitiram minimizar a proporção da quebra do produto nos períodos intermédios.

Na ótica da produção, o destaque negativo foi para a indústria e para o sector da construção, afetados pelos maiores custos produtivos e pela subida das taxas de juro, assim como pelo maior retrocesso da procura nesses segmentos.

O desempenho económico da China foi díspar ao longo do ano de 2023. O processo mais acelerado de reabertura “pós-COVID” permitiu uma expansão sequencial do PIB real de 2,3% no 1º trimestre de 2023, o que originou, numa fase inicial, um maior grau de otimismo dos investidores/analistas. Não obstante, o perfil de recuperação económica provou-se incompleto ao longo dos trimestres seguintes, fruto em particular de desafios estruturais como as vulnerabilidades do mercado imobiliário (em processo de redimensionamento), das políticas económicas restritivas em alguns sectores, assim como pelo nível de dívida dos governos locais e pelo perfil de menor crescimento potencial determinado pela evolução demográfica e da produtividade. A resposta governamental passou pela introdução de medidas/estímulos direcionados, para estabilizar a procura no mercado imobiliário, para

melhorar as condições de financiamento e para dinamizar o papel do sector privado na economia. Em termos agregados, esta resposta estatal foi mais modesta e meticulosa que em episódios de vulnerabilidade económica no passado, tendo desta feita o desígnio de meramente controlar a trajetória de abrandamento da economia. Esta combinação de fatores resultou numa crise de confiança dos agentes económicos domésticos, que condicionou significativamente a natureza da recuperação económica da China e que motivou revisões em baixa das projeções de crescimento, quer para 2023 quer para os anos seguintes.

Os desenvolvimentos no capítulo inflacionista foram globalmente alinhados com as expectativas dos analistas. Embora as leituras de inflação nas principais economias desenvolvidas tenham permanecido pressionadas nos primeiros meses do ano, a queda do preço das matérias-primas, a normalização do funcionamento das cadeias de abastecimento e a redução da procura por bens contribuíram para a correção significativa dos preços dos bens. Por outro lado, o crescimento do nível de preços nos serviços permaneceu elevado, fruto da maior intensidade do fator laboral e dos acréscimos salariais verificados nesses sectores, o que condicionou a trajetória da inflação subjacente. Ainda assim, a evolução desta componente foi globalmente descendente na generalidade das economias desenvolvidas, em particular no segundo semestre de 2023.

Apesar do progresso face ao pico inflacionista ter sido notável, os níveis de inflação permaneceram excessivos. A situação laboral próxima do pleno emprego na generalidade das economias desenvolvidas forçou os bancos centrais a dar continuidade àquele que era já o ciclo mais agressivo e significativo de subida de taxas diretoras desde os anos 70.

A evolução da inflação foi, ainda assim, diferenciada em termos geográficos, em função dos efeitos de base e de composição, assim como da natureza das medidas estatais com vista à estabilização das pressões inflacionistas.

A trajetória inflacionista nos EUA seguiu o padrão referido, com uma correção algo acentuada ao longo de 2023, fruto da queda da componente energética, da correção dos preços dos veículos usados, da estabilização dos bens alimentares e da desaceleração do mercado imobiliário. Os preços nos serviços permaneceram algo pressionados, o que restringiu a normalização da inflação subjacente.

A inflação na Área do Euro atingiu um pico comparativamente mais tardio e mais elevado face aos EUA, mas acompanhou a trajetória descendente. Esta foi ainda assim condicionada por importantes efeitos de base e de composição que mantiveram a inflação total e a subjacente elevadas ao longo dos meses de verão. Com o desvanecer das referidas distorções a partir de setembro, verificou-se uma desaceleração significativa da inflação europeia, para níveis mais próximos, embora ainda acima, do objetivo do Banco Central Europeu.

A dinâmica inflacionista no Reino Unido assemelhou-se à da Área do Euro, embora tenha atingido níveis mais extremados, fruto do maior crescimento salarial e do impacto desfasado das subidas dos preços das matérias-primas energéticas nas diversas rubricas inflacionistas. Ainda assim, também nesta geografia se assinalaram desenvolvimentos favoráveis da inflação no passado recente.

As forças inflacionistas de natureza global atingiram igualmente o Japão, acrescidas do impacto da depreciação significativa do iene e dos acréscimos salariais, que contribuíram para que a economia nipónica experienciasse em 2023 o nível mais elevado da inflação desde os anos 80 (4,3%). Contrariamente à inflação total, que já se encontra em remissão devido aos apoios estatais e aos efeitos de base, a inflação subjacente ainda não inverteu a trajetória ascendente, encontrando-se em máximos desde o início dos anos 90.

Com base na necessidade primária de conter as pressões inflacionistas e mesmo depois dos ajustes

já significativos das taxas diretoras, os bancos centrais das principais economias desenvolvidas (à exceção do Japão) prosseguiram os respetivos ciclos de subidas e tornaram as suas políticas monetárias mais restritivas ao longo de 2023, com destaque para o BCE e para o Banco de Inglaterra, com acréscimos de 2pp e de 1,75pp, respetivamente, tendo a Reserva Federal dos EUA aumentado a respetiva taxa diretora em 100pb em 2023, para um acréscimo total de 525pb desde 2022.

Antecipa-se agora que a generalidade dos principais bancos centrais tenha já terminado os respetivos ciclos de subidas de taxas diretoras, o que motiva especulação relativamente à próxima fase do ciclo de política monetária, isto é, se as taxas diretoras permanecerão inalteradas durante alguns trimestres ou se ocorrerão cortes nos próximos seis meses.

ECONOMIA PORTUGUESA

À semelhança do ano anterior, Portugal estará entre as economias europeias com maior crescimento em 2023, antecipando-se uma expansão marginalmente acima de 2% (após 6,8% em 2022).

A robustez do mercado laboral, juntamente com as medidas estatais de apoio ao rendimento das famílias permitiram suportar o contributo do consumo privado, mesmo perante as perdas de rendimento ocorridas entre 2022 e 2023 e os níveis ainda elevados da inflação e das taxas de juro. Destaque ainda para o contributo favorável do efeito de *carryover*, que explicou 0,64pp do crescimento anual do PIB português em 2023.

Em termos cumulativos, o crescimento do PIB real nos primeiros 3 trimestres de 2023 foi de 2,1% contra a média de 2022, o que decorreu em larga medida da expansão pronunciada no 1º trimestre do ano (1,5% em cadeia, resultante da forte dinâmica exportadora e do desempenho muito satisfatório do consumo privado nesse período). Seguiram-se dois trimestres de variações apenas marginais do ritmo de atividade, marcados pela

variabilidade do consumo privado, das exportações líquidas e da rubrica de inventários.

O consumo privado cresceu 1,1% nos primeiros nove meses do ano, um desempenho significativamente mais modesto do que a expansão de 5,6% em 2022. O crescimento desta rubrica ocorreu apesar da estagnação da subcomponente de gastos em bens não duradouros (que explica 71% do consumo privado), equilibrada pelo acréscimo dos gastos em bens alimentares e em bens duradouros (particularmente no 1º trimestre do ano).

O contributo do investimento para o crescimento do PIB foi modesto em 2023, impactado pela restritividade das condições financeiras. O investimento em habitação foi o mais afetado pelas condições de financiamento mais desfavoráveis, tendo este segmento registado uma correção superior a 1,5% em 2023. Em oposição, o investimento em equipamento de transporte esteve em destaque pela positiva, com um crescimento de 17% face ao período homólogo.

Também o contributo do sector exportador exibiu uma forte flutuação nos primeiros três trimestres de 2023, embora em termos agregados as exportações tenham crescido 4,3% nos primeiros nove meses do ano. A tipologia das exportações esteve claramente enviesada para o segmento dos serviços (+11,4% nos primeiros três trimestres do ano, face à média de 2022), maioritariamente associada à atividade turística, com o número de dormidas de não-residentes até novembro a atingir novos máximos históricos no ano de 2023 e os proveitos da atividade turística acumulados nos primeiros dez meses de 2023 a superarem o total anual de 2022. O crescimento das exportações de bens, em termos reais, foi significativamente mais modesto, com um acréscimo de apenas 0,8% entre janeiro e setembro de 2023.

A situação próxima do pleno emprego do mercado laboral manteve-se em 2023, pese embora o abrandamento do crescimento do emprego na segunda metade do ano. Este desempenho esteve

associado ao maior dinamismo relativo nos serviços, mais intensivos em mão-de-obra, com um crescimento do número de trabalhadores neste sector acima do total da economia. O número de desempregados permaneceu próximo de mínimos no decorrer do ano, o que contribuiu para o acréscimo próximo de 7% da remuneração nominal média.

O saldo conjunto das balanças corrente e de capital melhorou significativamente face a 2022, devendo mesmo ser o mais excedentário desde 2013. Esta evolução esteve relacionada com as transferências da UE e com o saldo positivo da balança de bens e serviços, após défices consecutivos entre 2020 e 2022, o que reflete uma combinação de efeito de volume positivo nos fluxos de turismo e termos de troca significativamente mais favoráveis, fruto da queda dos preços das matérias-primas energéticas. O contributo da balança de capital foi igualmente positivo.

É expectável uma evolução favorável das métricas orçamentais, com um excedente do saldo orçamental próximo de 1%, beneficiado pela extinção das medidas de carácter extraordinário relacionadas com a pandemia. O rácio da dívida pública, terá atingido um valor marginalmente abaixo de 100% do PIB no final de 2023.

A inflação na economia portuguesa exibiu desde o final de 2022 uma trajetória de queda acentuada, fruto da redução das componentes relacionadas com os preços da energia e dos bens alimentares, à semelhança da realidade europeia. O retrocesso da inflação subjacente foi menos acentuado, pese embora a desaceleração para 2,6%, afetada pelos efeitos desfasados dos acréscimos das componentes mais voláteis no passado, assim como pelos preços nos serviços, designadamente nos segmentos mais relacionados com as atividades turísticas, um fenómeno decorrente do contexto de forte procura, e pelo aumento dos salários e das margens de lucro empresariais.

Evolução da Indústria de Fundos de Investimento em 2023

Evolução da Indústria de Fundos de Investimento em 2023

Depois de um ano de 2022 volátil para a indústria mundial de fundos de investimento, os dados referentes a 2023 dão conta de uma tendência de recuperação. Segundo o último relatório estatístico disponível da EFAMA (*European Fund and Asset Management Association*) sobre os ativos mundiais em fundos regulados abertos (*Worldwide Regulated Open-ended Fund Assets and Flows*), no final do terceiro trimestre de 2023 o mercado situou-se nos €59,8T, o que representa um acréscimo face ao mesmo período de 2022. As vendas líquidas nos primeiros nove meses do ano registaram uma forte subida, tendo alcançado o valor líquido de €1,5T, contra um valor negativo de €109B no mesmo período de 2022.

Por regiões, a generalidade das geografias registou incrementos nos seus ativos, destacando-se os EUA e Europa com maiores variações nos ativos em termos absolutos. Do ponto de vista relativo, a Europa e os EUA continuam a ser as regiões mais relevantes a nível mundial, tendo reforçado a sua representatividade ao alcançarem, até ao final de setembro de 2023, um total de cerca de 85% dos ativos mundiais. A China, Austrália e Japão foram as únicas regiões a manter os seus ativos inalterados, enquanto o Brasil destacou-se como a região com maior crescimento nos ativos, cerca de 14%.

No que diz respeito a fundos por tipo de ativo, durante os três primeiros trimestres de 2023 os fundos de ações registaram um acréscimo no valor de €1,9T, o que representa um crescimento de cerca de 7% comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esta classe de ativos apresenta para já uma clara inversão da tendência negativa verificada ao longo de 2022, um período bastante difícil marcado por resgates e desvalorizações de mercado. Esta evolução favorável permitiu que o segmento de fundos de ações recuperasse a sua

importância relativa entre as diferentes classes de ativos, representando agora cerca de 43% do total de fundos.

Já nos fundos de obrigações, verificou-se um crescimento ténue no montante de ativos sob gestão nestes primeiros nove meses de 2023 (cerca de €600B ou 5%), mas quando analisado com o mesmo período de 2022 regista-se um ligeiro decréscimo (cerca de 1.7%). Esta continua a ser a segunda maior classe de ativos sob gestão, agregando cerca de 18% do total de fundos.

Perante um contexto de taxas de juro mais elevadas, os fundos de tesouraria (*money market*) continuaram a beneficiar de uma procura sustentada, prolongando, desta forma, a sua longa tendência de crescimento. Estes fundos registaram um acréscimo de ativos no valor de €1,1T, o que representa uma variação positiva de 11% desde final de 2022.

Os fundos mistos apresentaram uma evolução fraca, com os primeiros três trimestres de 2023 a traduzirem-se num ligeiro decréscimo (cerca de €100B). No que diz respeito aos fundos imobiliários, e tendo em conta o período em análise, os seus ativos mantiveram-se estáveis e sem oscilações.

No cômputo geral, e tendo em consideração o período de 12 meses até final de setembro de 2023, apenas os fundos de obrigações e multiativos perderam quota de mercado por contrapartida do aumento na quota dos fundos de ações e de tesouraria. A maior variação percentual na quota de mercado deu-se nos fundos de ações, com um ganho em torno de 1,15%, seguida da perda no segmento de fundos mistos (-1,05%).

INDÚSTRIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO NA EUROPA

Na distribuição mundial de fundos de investimento regulados, a Europa continua a ocupar a segunda posição mais relevante, mas com uma quota de mercado que diminuiu ligeiramente para cerca de 29,7% desde final de 2022. Em termos absolutos, os ativos sob gestão nesta região cresceram para o patamar dos €18,6T no final do terceiro trimestre de 2023, o que constituiu um acréscimo em torno dos €900B face ao mesmo período do ano anterior.

O Luxemburgo continua a ser a praça de eleição para a generalidade dos investidores europeus, representando uma fatia de cerca de 8% do total mundial. Irlanda (6%), Alemanha (3,9%) e França (3,4%) são os domicílios que se seguem na tabela europeia. Todos estes países, exceto a Alemanha, viram a sua quota de mercado mundial aumentar marginalmente ao longo do último ano. O Reino Unido mantém o quinto lugar na classificação dos maiores domicílios de fundos europeus, com a sua quota a manter-se estável nos 2,9%.

Nos primeiros nove meses de 2023, a Europa registou um total de vendas líquidas positivas no valor de €161B, sob o forte contributo dos fundos de obrigações e, em menor escala, dos fundos de tesouraria.

Por principais classes de ativos, os fundos de ações contam com quase €6,2T sob gestão, os fundos de obrigações com €3,8T, os fundos mistos com €3,3T e os fundos de tesouraria com €1,7T.

INDÚSTRIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PORTUGAL

De acordo com o relatório de “Indicadores mensais dos fundos de investimento mobiliário” da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), em dezembro de 2023, o valor sob gestão dos fundos de investimento regulados superou os €18B, mais €1,5B (9,1%) face ao mesmo período do ano anterior. Nos fundos de investimento alternativo (FIA), o valor sob gestão ascendeu a €247,1M, o que representa um decréscimo de €41M nos últimos 12 meses.

No que diz respeito aos fundos imobiliários, os últimos 12 meses foram ligeiramente negativos, tendo em conta o registo de um decréscimo no valor dos seus ativos sob gestão (cerca de -5%).

Os fundos mistos viram os seus ativos sob gestão diminuir ligeiramente (-1,8% nos últimos 12 meses), ao mesmo tempo que, em termos relativos, perderam alguma importância, representando agora 19,7% do total gerido em fundos de investimento em Portugal.

As três maiores gestoras do mercado nacional representam aproximadamente 73,7% dos ativos totais sob gestão, o que traduz numa diminuição marginal da concentração nestas gestoras quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

A IM Gestão de Ativos observou um aumento da sua quota de mercado, para 22,2% no final de 2023, preservando, assim, a segunda posição na tabela de gestoras de fundos de investimento mobiliários em Portugal com maior quota de mercado.

Principais Iniciativas Legislativas de 2023

Principais Iniciativas Legislativas de 2023

A nível legislativo e regulamentar o ano de 2023 ficou marcado pela publicação, a 24 de maio, do novo Regime de Gestão de Ativos (RGA), que teve como finalidade simplificar a regulação do sector e uniformizar as regras nacionais com a lei europeia, eliminando o *goldplating*, regulando toda a atividade de gestão coletiva sob a forma de organismos de investimento coletivo (OIC) e revogando o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC) e o Regime Jurídico do Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Especializado (RJGRESIE).

O RGA procede, assim, à unificação formal do enquadramento regulatório atualmente previsto no RGOIC e no RJGRESIE num único diploma legal.

A 27 de dezembro foi publicado em Diário da República o Regulamento da CMVM n.º 7/2023 (Regulamento do Regime de Gestão de Ativos (RRGA)), que desenvolve regulamentarmente e que complementa o Regime de Gestão de Ativos. Tal como o RGA, o RRGA unifica o tratamento dos organismos de investimento coletivo (OIC) em geral e dos organismos de investimento coletivo em capital de risco, revogando os Regulamentos 2/2015 e 3/2015 que antes os regulavam.

Este Regulamento entrou em vigor a 1 de janeiro de 2024.

Destacam-se ainda as seguintes iniciativas legislativas nacionais e europeias:

A 7 de fevereiro de 2023, a CMVM submeteu em Consulta Pública o “Projeto de Regulamento relativo às Obrigações Cobertas” (Consulta Pública n.º 1/2023).

A 16 de fevereiro foi colocado em consulta e discussão pública o Programa Mais Habitação.

A 17 de fevereiro foi publicado, em Jornal Oficial da União Europeia, o Regulamento Delegado (UE) 2023/363, da Comissão, de 31 de outubro 2022, que “altera e retifica as normas técnicas de regulamentação estabelecidas no Regulamento Delegado (UE) 2022/1288 quanto ao conteúdo e à apresentação de informações no âmbito da divulgação dessas informações em documentos pré-contratuais e relatórios periódicos relativos a produtos financeiros que investem em atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental” (i.e.: altera e retifica as RTS associadas ao SFDR).

A 20 de março foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia o Regulamento (UE) 2023/606 do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de março de 2023 que altera o Regulamento (UE) 2015/760 no que respeita aos requisitos relativos às políticas de investimento e às condições de funcionamento dos fundos europeus de investimento a longo prazo (ELTIF) e ao âmbito dos ativos de investimentos elegíveis, aos requisitos de composição e diversificação da carteira e à contração de empréstimos em numerário e outras regras dos fundos. O Regulamento entrou em vigor a 9 de abril de 2023 e começou a ser aplicado a 10 de janeiro de 2024.

A 22 de março de 2023, a CMVM submeteu a Consulta Pública, quatro Projetos de Regulamento no âmbito da implementação do futuro Balcão Único Eletrónico (BUE), que constituirá o novo canal de comunicação entre o Supervisor e as respetivas Entidades Supervisionadas, os Investidores e o Público em geral:

- i) Projeto de Regulamento da CMVM que altera o Regulamento da CMVM n.º 1/2017, na redação dada pelo Regulamento da CMVM n.º 6/2020, relativo ao Reporte dos Peritos Avaliadores de Imóveis (Consulta Pública da CMVM n.º 2/2023);

- ii) Projeto de regulamento da CMVM que revoga e substitui o Regulamento da CMVM n.º 1/2022, relativo aos meios de cumprimento dos Deveres de Informação dos Emitentes (Consulta Pública da CMVM n.º 3/2023);
- iii) Projeto de Regulamento da CMVM relativo à Supervisão de Auditoria, que procede à revogação do Regulamento da CMVM n.º 4/2015, de 26 de janeiro (Consulta Pública da CMVM n.º 4/2023); e
- iv) Projeto de Regulamento da CMVM relativo ao Balcão Único Eletrónico, que procede à revogação do Regulamento da CMVM n.º 3/2016, de 2 de agosto (Consulta Pública da CMVM n.º 5/2023).



A 5 de abril de 2023, a Comissão Europeia submeteu a Consulta Pública, documentação com vista à adoção de Ato Delegado referente aos critérios técnicos de avaliação para determinar em que condições uma atividade económica é qualificada como contribuindo substancialmente para os últimos quatro objetivos ambientais previstos no Regulamento da Taxonomia da UE (i.e.: utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; transição para uma

economia circular; prevenção e o controlo da poluição; proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas).

Em complemento, a Comissão Europeia pretendeu, também, auscultar o mercado sobre determinadas propostas de alteração ao Regulamento Delegado (UE) 2021/2139, de 4 de junho de 2021, que define critérios técnicos relativos aos primeiros dois objetivos ambientais (i.e.: mitigação das alterações climáticas e adaptação às alterações climáticas).

A 12 de abril as ESAs (EBA, ESMA e EIOPA) submeteram a Consulta Pública um projeto de revisão do Regulamento Delegado (UE) 2022/1288 da Comissão, de 6 de abril de 2022, que complementa o Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no sector dos serviços financeiros (“*SFDR Delegated Regulation*”).

A 17 de maio de 2023 foi divulgada uma opinião emitida pela ESMA sobre “*undue costs of UCITS and AIFs*” (ESMA34-45-1747).

A 29 de maio foi publicada a Lei n.º 24/2023, que aprova normas de proteção do consumidor de serviços financeiros e que estabelece um novo motivo de reembolso de PPR sem penalização.

A 20 de julho de 2023 foi divulgado o Relatório da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu e Conselho sobre a adequação do Regulamento (UE) 2017/1131 do Parlamento Europeu e do Conselho (Regulamento dos Fundos do Mercado Monetário) do ponto de vista prudencial e económico.

A 14 de setembro, a lançou duas Consultas (*Targeted Consultation & Public Consultation*) a respeito da implementação do Regulamento relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no sector dos serviços financeiros (SFDR), permitindo à Comissão Europeia compreender como o SFDR tem vindo a ser implementado, bem como identificar eventuais lacunas existentes, nomeadamente ao nível da sua interação com outras peças legislativas do quadro europeu para o financiamento sustentável, visando, igualmente, explorar possíveis opções que permitam melhorar o enquadramento atual.

A 6 de outubro de 2023 foi publicada a Lei n.º 56/2023, que aprovou medidas no âmbito da habitação, procedendo a diversas alterações legislativas, e que introduziu alterações significativas ao regime jurídico da Autorização de Residência para Atividade de Investimento (ARI).

A 21 de novembro foram publicados, em Jornal Oficial da União Europeia, os Regulamentos Delegados (UE) 2023/2485 e 2023/2486, que complementam o Regulamento Taxonomia (Regulamento (UE) 2020/852):

- Regulamento Delegado (UE) 2023/2486 da Comissão, de 27 de junho de 2023, que completa o Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho mediante o estabelecimento de critérios técnicos de avaliação para determinar em que condições uma atividade económica é qualificada como contribuindo substancialmente para a utilização sustentável e a proteção dos recursos hídricos e marinhos, para a transição para uma economia circular, para a prevenção e o controlo da poluição ou para a proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas e estabelecer se essa atividade económica não prejudica significativamente o cumprimento de nenhum dos outros objetivos ambientais e que altera o Regulamento Delegado (UE) 2021/2178 da Comissão no respeitante à divulgação pública de informações específicas relativas a essas atividades económicas;
- Regulamento Delegado (UE) 2023/2485 da Comissão, de 27 de junho de 2023, que altera o Regulamento Delegado (UE) 2021/2139 mediante o estabelecimento de critérios técnicos de avaliação adicionais para determinar em que condições determinadas atividades económicas são qualificadas como contribuindo substancialmente para a mitigação das alterações climáticas ou para a adaptação às alterações climáticas e estabelecer se essas atividades não prejudicam significativamente o cumprimento de nenhum dos outros objetivos ambientais.

A 29 de dezembro de 2023 foi publicada em Diário da República, a Lei n.º 82/2023, que aprovou o Orçamento do Estado para 2024 e que incorporou a prorrogação do regime de reembolsos extraordinários de PPR, previsto no artigo 6.º da Lei n.º 19/2022, de 21 de outubro.

Principais Eventos de 2023

Principais Eventos de 2023

CONSTITUIÇÃO DE NOVOS FUNDOS E CATEGORIAS DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO:

Categoria R - IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Alocação Defensiva

A 4 de janeiro de 2023 foi constituída a Categoria R para os fundos IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Alocação Defensiva.

Categoria I - IMGA Liquidez

A 28 de fevereiro de 2023 foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA Liquidez.

Fundo IMGA PME Flex

A 2 de janeiro de 2023 o fundo IMGA PME Flex iniciou a sua atividade, com a constituição da categoria I.

Fundo IMGA Financial Bonds 3Y, 2,25%, Série I

O Fundo IMGA Financial Bonds 3Y, 2,25%, Série I, fundo aberto de duração limitada, começou a sua comercialização a 2 de janeiro de 2023, tendo iniciado atividade a 1 de fevereiro, com a constituição da Categoria A.

Fundo IMGA Financial Bonds 3,5 Y

O fundo IMGA Financial Bonds 3,5Y começou a sua comercialização a 20 de março de 2023, tendo iniciado atividade a 1 de junho, com a constituição da Categoria A.

Fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Série

A 3 de julho foi iniciada a comercialização do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Série, fundo aberto de duração limitada, tendo sido constituído a 1 de setembro.

Fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2025 – 2ª Série

A 16 de outubro foi iniciada a comercialização do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2025 – 2ª Série, fundo aberto de duração limitada, tendo sido constituído a 4 de dezembro.

PRÉMIOS ATRIBUÍDOS AOS FUNDOS IMGA

Em março de 2023, seis fundos da IMGA - Ações Portugal, Alocação Conservadora, Alocação Moderada, Poupança PPR, Rendimento Mais e Rendimento Semestral - foram galardoados pelo Rating FundsPeople 2023, com a classificação B de Blockbuster.

O IMGA Rendimento Mais e o IMGA Rendimento Semestral receberam esta distinção pelo quarto ano consecutivo. A classificação B de Blockbuster é atribuída aos fundos que no final do ano anterior contavam com um volume significativo de ativos em Portugal.

Na edição de 2023 dos “Prémios Melhores Fundos Jornal de Negócios/APFIPP”, que decorreu no mês de maio, o IMGA Ações América foi distinguido como melhor fundo na categoria “OIC de Ações Americanas”.

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 17 de fevereiro de 2023 foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

A 9 de março foram alterados os Prospetos dos Fundos de investimento mobiliário, com a inclusão

de um anexo com informações relacionadas com a sustentabilidade e no âmbito da transparência dos investimentos sustentáveis na divulgação de informações pré-contratuais, tal como previsto no Regulamento Delegado (EU) 2023/363.

A 15 de maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2022.

A 13 de julho foram alterados os Prospetos dos diversos fundos geridos pela sociedade, com uma maior desagregação dos componentes da TEC.

A 28 de agosto, decorrente da entrada em vigor do novo Regime da Gestão de Ativos, foram alterados os documentos constitutivos dos Fundos de Capital de Risco, com a alteração da denominação dos mesmos.

A 24 de novembro foram publicadas as novas versões dos documentos constitutivos dos fundos, no âmbito do processo de adaptação ao novo Regime da Gestão de Ativos (RGA).

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 28 de abril e 31 de agosto de 2023 foram publicados, no sítio da CMVM, os Relatórios e Contas anuais e semestrais, respetivamente, dos fundos IMGA.

COMERCIALIZAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DOS FUNDOS IMGA

No âmbito da comercialização transfronteiriça e na sequência do registo que já havia sido feito em 2022 para um conjunto de fundos, foi adicionalmente efetuado em 2023 o registo do fundo IMGA Ações Portugal para comercialização em Espanha.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM A SUSTENTABILIDADE

No primeiro trimestre de 2023 foram publicadas atualizações no website da Sociedade Gestora relativas à Política de Sustentabilidade adotada e ao documento “Informações Relacionadas com Sustentabilidade”, com a inclusão de um ponto sobre diligência devida e uma síntese da política de envolvimento.

A 30 de junho foi igualmente publicada a “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, relativa ao ano 2022.

ALTERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Em outubro de 2023, na sequência da autorização da CMVM, iniciou funções como membro do Conselho Fiscal da Sociedade, o Dr. António Joaquim dos Santos Lindeza.

ONE KAPITAL – FUNDO DE CAPITAL DE RISCO FECHADO

A 21 de dezembro iniciou atividade o Fundo de Capital de Risco One Kapital.

FUTURUM TECH – FUNDO DE CAPITAL DE RISCO FECHADO

A 29 de dezembro foi registado junto da CMVM o Fundo de Capital de Risco Futurum Tech.

LIQUIDAÇÃO DE FUNDO DE CAPITAL RISCO

A 29 de dezembro de 2023 foi liquidado o fundo Almond Tree Private Equity Fund – Fundo de Capital de Risco Fechado.

Gestão de Risco em 2023

Gestão de Risco em 2023

A IMGA privilegia uma cultura de gestão de risco assente em princípios de rigor, profissionalismo e diligência, em que todos os Colaboradores são chamados a contribuir, tanto no âmbito específico do cumprimento das suas funções, como da sua postura face às obrigações regulamentares, éticas e profissionais aplicáveis.

O sistema de gestão de risco implementado na Sociedade tem por base princípios de gestão prudencial, simultaneamente com o propósito de garantir o cumprimento das obrigações legais e regulamentares em vigor.

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo dotar a IMGA de um sistema de gestão de riscos independente, adequado e proporcional à natureza, dimensão e complexidade das suas atividades, que permite identificar, avaliar, mitigar, acompanhar e controlar todos os riscos a que a Sociedade e os fundos de investimento por si geridos se encontram expostos. Neste âmbito, foi estabelecido um Quadro de Apetite ao Risco, com os respetivos limites de tolerância e alerta, afetação de capital interno, metodologia de avaliação e critérios de quantificação específicos, ajustados à realidade da empresa.

A IMGA dispõe de um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal, Comissões e Comités de apoio e está organizada em Direções, Departamentos, Unidades e Áreas, as quais funcionam de forma autónoma, mas em linha com as orientações superiormente estabelecidas para cada atividade e função.

Esta estrutura permite distinguir três linhas de defesa no sistema de gestão de risco:

- A Comissão Executiva, órgão que detém o primeiro nível de decisão da IMGA, assegura juntamente com as Direções a primeira linha de defesa, exercendo a gestão diária dos vários riscos da atividade, implementando os mecanismos de controlo adequados à sua mitigação e identificando potenciais novos riscos.
- A segunda linha de defesa é assegurada pelas áreas de Gestão de Riscos e *Compliance*/AML da Unidade de Controlo e pelos Comités de apoio, sendo os responsáveis pela avaliação, controlo e monitorização dos riscos quer da Sociedade quer dos fundos sob gestão, verificando igualmente a aplicação e o cumprimento das regras legais e internas.
- A terceira linha de defesa é atribuída às áreas de Auditoria Interna e Conselho Fiscal, a quem cabe a validação da implementação e da adequação dos controlos definidos, supervisionando a correta aplicação das políticas e procedimentos por parte dos intervenientes.

A IMGA dispõe de um conjunto de soluções informáticas que apoiam e asseguram a gestão e controlo dos riscos da Sociedade e do património sob gestão, em coerência com as exigências regulamentares e legais e com o perfil de risco estrategicamente definido, sendo o acompanhamento dos riscos realizado mediante um processo sistematizado incluindo a produção de relatórios periódicos e tempestivos, com informação clara e fiável sobre as exposições às categorias de risco relevantes.

A IMGA, enquanto Sociedade Gestora de Fundos do Mercado Monetário, dispõe de procedimentos de avaliação interna da qualidade de crédito dos instrumentos do mercado monetário e seus emitentes, tendo desenvolvido e implementado um modelo interno de rating focado em vários fatores, desde a estrutura financeira, resultados e rendibilidade, liquidez, solidez do negócio, gestão e governo, entre outros, que aplica não apenas aos emitentes e instrumentos que integram fundos do mercado monetário, mas globalmente a todos os fundos geridos, de forma a definir limites internos de exposição.

Em 2023, para além dos controlos periódicos a cargo da área de Gestão de Riscos relativamente à Sociedade e aos fundos geridos, a atividade do ano centrou-se, em grande medida, na adaptação da atividade ao Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho (*Sustainability Finance Disclosure Regulation – SFDR*) e do Regulamento da Taxonomia, com a continuação da implementação dos controlos periódicos ao cumprimento dos limites ESG estabelecidos para os fundos de investimento, o reporte dos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade e respetiva publicação da “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, relativa ao ano 2022.

O ano ficou ainda marcado pela publicação, a 24 de maio, do novo Regime da Gestão de Ativos (RGA), cuja finalidade é simplificar a regulação do sector e uniformizar as regras nacionais com a lei europeia, eliminando o *goldplating*, revogando o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC) e o Regime Jurídico do Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Especializado (RJGRESIE). A 29 de dezembro foi publicado o Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que complementa o RGA e entra em vigor em 2024.

Atividade Comercial em 2023

Atividade comercial em 2023

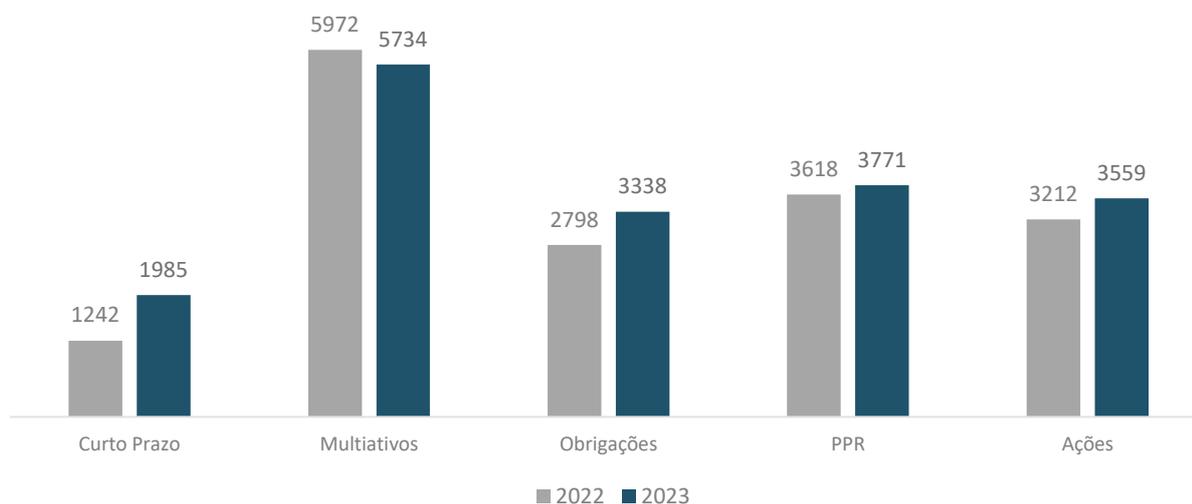
Os mercados financeiros reverteram em 2023 as rendibilidades negativas registadas em 2022, beneficiando do comportamento positivo dos mercados acionistas e obrigacionistas. Os principais índices mundiais terminaram o ano com valorizações, consubstanciadas pelas notícias de potenciais reduções das taxas de juro por parte dos bancos centrais em 2024 e diminuição das pressões inflacionistas nas principais economias.

Na sequência destes acontecimentos, a rendibilidade dos fundos de investimento mobiliário em Portugal foi genericamente positiva, ainda que boa parte desta performance tenha somente ocorrido no último trimestre do ano, mais especificamente, nos últimos dois meses.

No mercado nacional, os fundos de investimento mobiliário conseguiram retornos positivos em todas as categorias, tendo obtido uma média global de 8,8% de rendibilidade, variando entre 3% nos fundos do mercado monetário e de curto prazo, e 14,8%, em média, nos fundos de ações.

Segundo os dados da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP), o valor dos ativos sob gestão em Portugal ascendeu a €18.616M no final de 2023, um crescimento de 8,7% relativamente aos €17.130M registados em 2022. As três categorias de fundos com maior volume sob gestão foram os fundos multiativos, que mantiveram a liderança com €5.734M e uma rendibilidade média de 7,9%, seguida dos PPR, com €3.771M e 8,9% de rendibilidade média, e dos fundos de ações, com €3.559M e 14,8% de rendibilidade média.

FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO EM PORTUGAL (M.€)



Fonte: APFIPP

Numa análise por categorias, os fundos multiativos moderados são os fundos que obtêm a preferência dos aforradores portugueses, com um volume de ativos sob gestão de €2.819M, ainda que com uma diminuição face a 2022 de €138M. A rentabilidade média destes fundos foi de aproximadamente 8%, que se enquadra na média dos fundos mobiliários em Portugal, porquanto esta categoria abrange também fundos multiativos defensivos e agressivos, conforme perfil de risco.

Os fundos de investimento de ações (globais, América, Europa, Ibéria, nacionais e sectoriais) constituem a categoria com melhor desempenho médio, 14,8%, tendo os ativos sob gestão registado um crescimento de €347M face a 2022 para €3.559M, em resultado da valorização de mercado.

VOLUME DE MERCADO E VENDAS LÍQUIDAS (M.€)



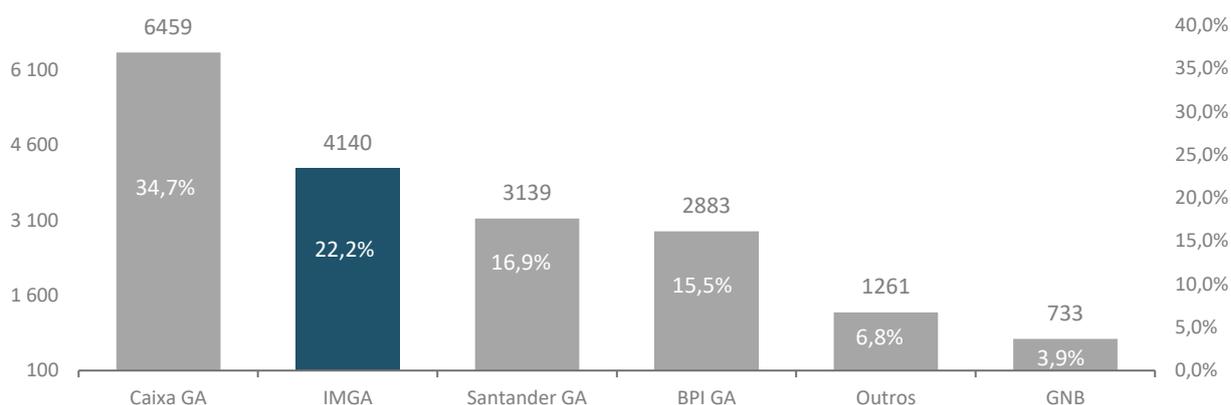
Fonte: APFIPP

O mercado de obrigações registou também um ano positivo, com a perspectiva de redução das taxas de juro por parte dos bancos centrais no decorrer de 2024 e 2025. Os investidores procuraram assegurar rendimentos futuros estáveis e superiores aos níveis das taxas de juro dos depósitos a prazo. Esta categoria obteve um rendimento médio em 2023 de aproximadamente 5%, o que induziu os participantes ao aumento da sua exposição a este tipo de fundos.

Os fundos de obrigações encerraram o ano com ativos sob gestão de €3.338M, um volume superior em €539M face a 2022. As vendas líquidas foram positivas, num total de €409M, tendo o efeito de mercado contribuído de forma significativa (€130M).

Na tipologia de fundos de mercado monetário e de curto prazo, o ano de 2023 foi igualmente favorável, com as vendas líquidas a ascenderem a €696M, permitindo um crescimento anual de 60% dos ativos sob gestão para €1.985M no final de dezembro.

QUOTAS DE MERCADO (%) E ASG (M.€)

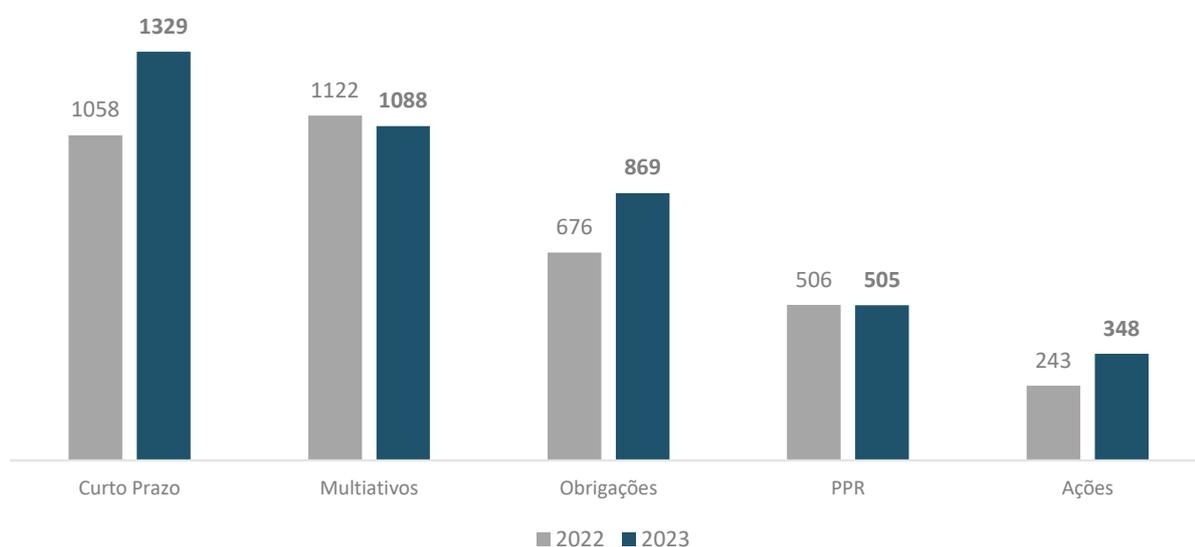


Fonte: APFIPP

Em 2023 a IMGA destacou-se entre as suas congéneres do mercado português, tendo sido a Sociedade com maior volume de subscrições líquidas (319M) e com maior crescimento anual de ativos sob gestão, de €535M, para um total de €4.140M.

A IMGA subiu a sua quota de mercado em 1,1pp, para 22,2% no final de 2023, tendo reforçado a sua posição como a maior sociedade gestora independente e a segunda maior no ranking das gestoras de fundos de investimento mobiliário em Portugal.

ATIVOS SOB GESTÃO POR CLASSE DE FUNDOS DA IMGA (M.€)



Fonte: IMGA

A IMGA registou vendas líquidas positivas nos fundos de Curto Prazo (€238M), Obrigações (€160M) e nos fundos de ações (€59M), com os ativos sob gestão nestas classes a crescerem em 2023 para os €1.330M, €870M e €348M, respetivamente.

As classes de fundos multiativos e PPR registaram vendas líquidas negativas de €106M e €32M, respetivamente. No entanto, o impacto desta evolução foi minimizado pela valorização das carteiras, fruto do bom aproveitamento de um efeito de mercado muito positivo, tendo os ativos sob gestão no final do ano atingido €1.088M nos multiativos e €505M nos fundos PPR.

ANÁLISE POR CATEGORIAS DE FUNDOS

FUNDOS MONETÁRIOS E DE CURTO PRAZO

O ano de 2023 foi favorável para os fundos monetários e de curto prazo, com a continuação do movimento de subida das taxas de juro de curto prazo, nomeadamente Euribor e Libor (USD), a beneficiar o papel comercial, as obrigações com maturidades baixas e os depósitos a prazo.

A nível nacional, a rentabilidade média dos fundos monetários e de curto prazo foi de 3,3% em 2023, suficiente para compensar performances historicamente negativas, designadamente a 3 e 5 anos, que ficaram positivas no final do ano. O aumento da rentabilidade desta categoria veio confirmar o aumento da confiança dos investidores e, em consequência, o maior volume de subscrições líquidas.

A IMGA é a única sociedade gestora em Portugal a disponibilizar fundos do mercado monetário, nos quais registou vendas líquidas positivas de €238M em 2023.

Os Fundos IMGA desta categoria obtiveram rentabilidades que variaram entre 2,4% no IMGA Money Market e 4,6% no IMGA Money Market em USD.

Os ativos sob gestão dos Fundos Monetários e de Curto Prazo na IMGA totalizaram €1.329M no final do ano, um aumento de €271M face aos €1.058M registados em 2022, beneficiando da conjugação do volume das subscrições com a valorização dos fundos.

No final de 2023 esta categoria representava 32% dos ativos sob gestão na IMGA.

FUNDOS MONETÁRIO E DE CURTO PRAZO	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
CA MONETÁRIO	2,52%	0,13%	1	0,78%	0,20%	1	0,46%	0,17%	1
IMGA MONEY MARKET CAT A	2,37%	0,14%	1	0,70%	0,20%	1	0,42%	0,17%	1
IMGA MONEY MARKET CAT R	2,33%	0,15%	1	0,69% (*)	0,20%	1	0,41% (*)	0,16%	1
IMGA MONEY MARKET CAT I	2,85%	0,14%	1	0,86% (*)	0,23%	1	0,53% (*)	0,19%	1
IMGA MONEY MARKET USD - CAT A	4,55%	0,51%	2	1,75%	0,44%	1	-	-	-
CA CURTO PRAZO	3,50%	0,55%	2	0,31%	0,55%	2	0,31%	0,77%	2
IMGA LIQUIDEZ CAT A	3,36%	0,80%	2	-0,09%	0,99%	2	0,02%	0,83%	2
IMGA LIQUIDEZ CAT R	3,36%	0,80%	2	-0,09% (*)	0,99%	2	0,02% (*)	0,83%	2
IMGA LIQUIDEZ CAT I	3,79% (*)	0,80%	2	0,07% (*)	1,00%	2	0,14% (*)	0,83%	2

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho histórico da Categoria A

Fonte: IMGA

FUNDOS DE OBRIGAÇÕES

Os fundos de obrigações recuperaram em 2023 boa parte das perdas registadas no passado devido à forte subida de taxa de juro promovida pelos bancos centrais, com o objetivo de conter a escalada da inflação. As yields a médio e longo prazo registaram uma descida ao longo do ano, dando suporte à rentabilidade destes fundos de investimento.

Em Portugal, esta categoria de fundos apresentou um forte crescimento por duas vias: vendas líquidas positivas (€408M) e efeito de mercado positivo (€130M), o que contribuiu para que encerrasse o ano com um volume sob gestão de €3.337M, representativos de um crescimento de 19% relativamente a 2022.

Na IMGa, os fundos de obrigações acompanharam a tendência, com vendas líquidas positivas de €160M e uma valorização via efeito de mercado de €33M, registando um total de ativos sob gestão de €869M no final de 2023, um aumento de 29% face ao período homólogo.

Uma parte significativa deste crescimento resultou da iniciativa de constituição de um conjunto de fundos de prazo definido lançados no decorrer do ano (IMGa Financial Bonds 3y 2,25% Serie I Cat A, IMGa Financial Bonds 3,5 Y Cat A, IMGa Obrigações Globais Euro 2024 Serie I Cat A e o IMGa Obrigações Globais Euro 2025 Serie Ii Cat A) cujas vendas ascenderam a €243M.

A rentabilidade anual nesta categoria variou entre 4,3% no fundo IMGa Euro Taxa Variável Cat A e 7,2% no fundo IMGa Ibéria Fixed Income Cat I, evidenciando uma boa performance face a anos anteriores.

No final de 2023 os fundos de obrigações representavam aproximadamente 21% dos ativos sob gestão na IMGa.

FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGa EURO TAXA VARIÁVEL CAT A	4,33%	1,05%	2	0,01%	1,05%	2	0,48%	1,49%	2
IMGa EURO TAXA VARIÁVEL CAT R	4,33%	1,05%	2	-0,01% (*)	1,05%	2	0,46% (*)	1,49%	2
CA RENDIMENTO	4,62%	1,19%	2	-0,33%	1,29%	2	0,27%	1,98%	2
IMGa RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	5,04%	1,49%	2	-0,91%	1,84%	2	0,10%	2,36%	3
IMGa RENDIMENTO SEMESTRAL CAT R	5,02%	1,50%	2	-0,82% (*)	1,84%	2	0,15% (*)	2,36%	3
IMGa DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	6,21%	4,19%	3	-3,86%	4,16%	3	-0,34%	4,31%	3
IMGa DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R	6,30%	4,20%	3	-3,78% (*)	4,16%	3	-0,28% (*)	4,31%	3
IMGa IBERIA FIXED INCOME ESG CAT A	6,78%	3,87%	3	-2,16%	3,59%	3	-0,19%	4,49%	3
IMGa IBERIA FIXED INCOME ESG CAT I	7,23%	3,87%	3	-1,75% (*)	3,59%	3	0,23% (*)	4,49%	3
IMGa IBERIA FIXED INCOME ESG CAT R	6,96%	3,88%	3	-2,06% (*)	3,59%	3	-0,13% (*)	4,49%	3
IMGa RENDIMENTO MAIS	6,42%	3,06%	3	-1,69%	3,18%	3	-0,34%	3,42%	3
IMGa FINANCIAL BONDS 3Y 2,25% SERIE I CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGa FINANCIAL BONDS 3,5 Y CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGa OBRIGAÇÕES GLOBAIS EURO 2024 SERIE I CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGa OBRIGAÇÕES GLOBAIS EURO 2025 2ª SERIE CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho histórico da Categoria A
Os fundos IMGa Financial e Obrigações Globais iniciaram atividade em 2023.
Fonte: IMGa

FUNDOS MULTIATIVOS E PPR

Os fundos multiativos, nos quais se incluem os PPR e fundos flexíveis, são importantes agregadores de ativos financeiros diversificados e potencialmente descorrelacionados entre si. Dependendo do perfil de risco do investidor, o *mix* entre mercado obrigacionista e acionista é ponderado por forma a maximizar o binómio risco e rentabilidade. Em 2023, os contributos dos vários ativos financeiros que compõem esta tipologia de fundos foram favoráveis, pelo que a sua performance foi globalmente positiva.

Em Portugal esta tipologia de fundos foi responsável pela maior fatia dos ativos sob gestão em 2023 e recuperou das rentabilidades negativas registadas no ano anterior. Os fundos multiativos com pendore de maior risco (medido por volatilidade) obtiveram em média uma rentabilidade de 10,1%, os mais defensivos alcançaram, em média, uma rentabilidade de 5,9% e os fundos flexíveis obtiveram uma rentabilidade média no ano de 7,1%. Os fundos PPR apresentaram uma rentabilidade média de 8,9% em 2023, registando, no entanto, resgates significativos, na medida em que, com base na legislação em vigor desde 2022, os participantes têm efetuado o resgate antecipado destes fundos, sem penalizações, para o pagamento ou amortização dos contratos de crédito à habitação, afetando os níveis de poupança e reforma em Portugal. No último ano os PPR tiveram vendas líquidas negativas de €113M.

Na IMGA, os fundos multiativos excluindo PPR terminaram o ano de 2023 com uma rentabilidade média de 6,6% e €1.088M de ativos sob gestão, representando 19% desta categoria em Portugal e 26% dos ativos sob gestão da Sociedade.

Os fundos PPR da IMGA registaram uma rentabilidade média de 6,7%, com os ativos sob gestão a totalizarem €505M, beneficiando do efeito de mercado (€31M).

FUNDOS MULTIATIVOS E PPR	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT A	6,47%	4,61%	3	-2,45%	4,87%	3	-0,18%	5,32%	4
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT R	6,54%	4,61%	3	-2,43%	4,87%	3	-0,17%	5,32%	4
IMGA FLEXÍVEL CAT A	3,12%	4,35%	3	-2,61%	5,80%	4	0,14%	6,77%	4
IMGA FLEXÍVEL CAT R	3,41%	4,35%	3	-2,55% (*)	5,83%	4	0,17% (*)	6,79%	4
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT A	6,48%	4,78%	3	-1,47%	6,18%	4	0,95%	6,95%	4
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT R	7,61%	4,98%	3	-1,13% (*)	6,25%	4	1,16% (*)	6,98%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT A	7,18%	5,66%	4	0,51%	7,30%	4	2,84%	9,10%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT R	7,48%	5,68%	4	0,6% (*)	7,31%	4	2,9% (*)	9,10%	4
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A	9,95%	8,32%	4	2,39%	10,13%	5	5,32%	13,25%	5
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT R	10,06%	8,35%	4	2,39% (*)	10,15%	5	5,32% (*)	13,26%	5
EUROBIC SELEÇÃO TOP	4,00%	2,99%	3	-1,02%	3,27%	3	-0,47%	4,00%	3
IMGA POUPANÇA PPR CAT A	6,49%	4,77%	3	-1,59%	6,16%	4	0,81%	6,97%	4
IMGA POUPANÇA PPR CAT R	6,54%	4,78%	3	-1,53% (*)	6,17%	4	0,84% (*)	6,97%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT A	6,89%	5,64%	4	0,23%	7,27%	4	2,55%	9,13%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT R	6,91%	5,64%	4	0,23% (*)	7,28%	4	2,55% (*)	9,14%	4
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -34	7,78%	6,29%	4	0,64%	7,07%	4	2,58%	8,44%	4
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	7,61%	5,91%	4	0,60%	6,57%	4	2,34%	7,85%	4
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	6,49%	4,73%	3	-0,73%	5,16%	4	1,24%	6,02%	4
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida +55	5,17%	3,84%	3	-2,11%	4,05%	3	-0,11%	4,68%	3

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho histórico da Categoria A

Fonte: IMGA

FUNDOS DE AÇÕES

Os mercados acionistas registaram um ano positivo em 2023, com os principais índices bolsistas mundiais a recuperarem das perdas registadas no ano anterior.

Em Portugal, os fundos de ações registaram uma rentabilidade média de 14,8%, com os fundos com perfil de investimento orientado para ações na América do Norte a apresentarem a melhor performance (20,2%), enquanto os fundos de ações de Mercados Emergentes, Ásia e África, com rentabilidades médias de 3,5%, foram os menores contribuidores para a performance.

Os ativos sob gestão desta categoria aumentaram 10,8% face a 2022, fechando o ano com €3.359M, no entanto, as vendas líquidas em 2023 foram negativas em €153M.

Os fundos de ações da IMGA destacaram-se no panorama nacional, apresentando vendas líquidas positivas de €59M e uma rentabilidade média de 18,8%.

A valorização do mercado de ações contribuiu em €46M para os ativos sob gestão desta categoria, que totalizaram €348M no final do ano, representando um crescimento de 42% relativamente a 2022.

O fundo IMGA Ações Portugal continuou a ser alvo da preferência dos investidores, registando vendas líquidas de €37,6M e uma rentabilidade anual de 15%.

Destaque ainda para os fundos IMGA Ações América e IMGA Global Equities, que apresentaram rentabilidades superiores à média do mercado em Portugal nos prazos de um, três e cinco anos, com o primeiro a ser galardoado em 2023 pela APFIPP com o prémio de “Melhor Fundo de Ações Americanas”.

FUNDOS DE AÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A	15,01%	13,57%	5	13,45%	14,72%	5	7,62%	19,82%	6
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R	15,02%	13,57%	5	13,45% (*)	14,71%	5	7,62% (*)	19,82%	6
IMGA IBERIA EQUITIES ESG CAT A	24,07%	15,27%	6	9,89%	15,51%	6	5,31%	20,14%	6
IMGA IBERIA EQUITIES ESG CAT I	25,56%	15,26%	6	11,2% (*)	15,50%	6	6,56% (*)	20,14%	6
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT A	14,02%	12,67%	5	7,83%	14,29%	5	6,81%	18,09%	6
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT I	15,45%	12,65%	5	9,18% (*)	14,28%	5	8,13% (*)	18,09%	6
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT R	14,13%	12,73%	5	7,84% (*)	14,33%	5	6,82% (*)	18,11%	6
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT A	21,30%	10,29%	5	11,56%	14,80%	5	14,21%	17,13%	6
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT I	22,75%	10,28%	5	12,89% (*)	14,79%	5	15,57% (*)	17,12%	6
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT R	21,34%	10,32%	5	11,55% (*)	14,82%	5	14,2% (*)	17,14%	6
IMGA GLOBAL EQUITIES SELECTION CAT A	18,56%	10,84%	5	10,61%	13,68%	5	12,14%	16,31%	6
IMGA GLOBAL EQUITIES SELECTION CAT R	18,59%	10,85%	5	10,62% (*)	13,69%	5	12,15% (*)	16,32%	6

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho histórico da Categoria A

Fonte: IMGA

Desempenho Financeiro em 2023

Desempenho financeiro em 2023

EVOLUÇÃO DOS ATIVOS SOB GESTÃO E COMISSÕES

Os fundos mobiliários sob gestão atingiram o montante de €4.139,5M em 31 de dezembro de 2023, o que representa um acréscimo aproximado de 15% relativamente ao período homólogo de 2022 (€3.604,6M).

Evolução dos ativos sob gestão

	2023	2022	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO
			2023 vs 2022	%
FUNDOS MOBILIÁRIOS	4 139,3	3 604,6	534,7	14,83%
Subscrições	1 014,6	693,0	321,6	46,41%
Resgates	695,3	1 010,1	-314,8	-31,16%

Unidade: milhões de euros

Evidencia-se um crescimento de 46% em subscrições de unidades de participação, tendo os resgates registado uma redução superior a 31% relativamente a 2022.

Evolução dos ativos sob gestão por tipologia de fundos

	2023	2022	VARIAÇÃO
			2023 vs 2022
POR TIPOLOGIA DE FUNDOS			
Obrigações	868,9	695,1	173,9
Ações	347,7	243,4	104,3
Multiativos	1 087,6	1 102,7	-15,2
PPR	505,3	505,8	-0,5
Curto Prazo	1 329,1	1 057,6	271,4
Alternativos	0,7	-	-
TOTAL	4 139,3	3 604,6	534,7

Unidade: milhões de euros

Por tipologia de fundos de investimento mobiliário geridos pela IMGa, destaca-se o crescimento dos fundos de Ações como a classe com maior incremento em relação a 2022 (43%), enquanto os fundos de Curto Prazo e de Obrigações registaram crescimentos de 26% e 25% respetivamente. A tipologia dos Multiativos apresentou uma redução no valor dos ativos sob gestão de cerca de 1% enquanto os PPR mantiveram-se praticamente inalterados.

Transferência de Fundos PPR

	2023	2022	VARIAÇÃO 2023 vs 2022
- De Outras Instituições	2,37	1,65	0,72
- Para Outras Instituições	-0,72	-0,72	0,00
SALDO TRANSFERÊNCIAS	1,65	0,93	0,72

Unidade: milhões de euros

A IMGa tem consistentemente registado um resultado positivo nas transferências de fundos PPR entre as diferentes sociedades gestoras nacionais, apresentando novamente em 2023 um crescimento no saldo líquido das transferências.

Comissões de gestão líquidas

	2023	2022	VARIAÇÃO 2023 vs 2022
COMISSÕES DE GESTÃO	13,1	10,4	2,7

Unidade: milhões de euros

As comissões de gestão cobradas pela Sociedade aos Fundos, em conformidade com o definido nos seus documentos constitutivos, aumentaram 26% relativamente ao ano anterior, destacando-se o crescimento na generalidade dos distribuidores.

Comissões de comercialização

	2023	2022	VARIAÇÃO 2023 vs 2022
COMISSÕES DE COMERCIALIZAÇÃO	2,6	1,6	1

Unidade: milhões de euros

Em 2023 foi registado um aumento das comissões de comercialização, em conformidade com os termos contratualmente definidos referente ao desempenho dos distribuidores.

Fundos de Capital de Risco

	Data de Constituição	Duração (anos)	Montante sob gestão
FUNDOS			
Mondego Invest - Fundo de Capital de Risco Fechado	02/12/2020	10	1,852
CAPITALVES SIFIDE - Fundo de Capital de Risco Fechado	31/12/2020	10	14,124
ALMOND TREE Private Equity Fund – FCR Fechado	08/09/2022	10	Liquidado
One Kapital - Fundo de Capital de Risco Fechado Fechado	21/12/2023	10	2,045

Unidade: milhões de euros

No âmbito da atividade de gestão de Fundos de Capital de Risco, durante o ano de 2023 foi constituído um novo fundo no montante de €2M, tendo-se procedido à liquidação do fundo ALMOND TREE Private Equity Fund – FCR Fechado, em 21 de dezembro de 2023, por não ter sido possível reunir o valor mínimo de investimento definido.

Após o encerramento de contas da Sociedade, o fundo CAPITALVES SIFIDE – Fundo de Capital de Risco Fechado foi revalorizado, sendo o seu valor a 31 de dezembro de 2023 de €14,269M.

QUADRO DE COLABORADORES

Em 2023 o quadro de pessoal da IMGGA registou um acréscimo de seis pessoas face ao ano anterior, tendo ocorrido sete entradas e uma saída, totalizando 45 colaboradores à data de 31 de dezembro.

PRINCIPAIS INDICADORES DE PERFORMANCE

Em 31 de dezembro de 2023 o Resultado Líquido ascendeu a €2,96M, que compara com €1,94M no período homólogo do ano anterior, evidenciando um acréscimo superior a 52%.

De referir que em 2023 quer os gastos com pessoal quer os gastos gerais administrativos apresentaram um montante superior ao exercício anterior (14% e 12%, respetivamente), enquanto o volume de fundos mobiliários sob gestão registou um aumento de 14%, e as comissões registaram um acréscimo de 26%.

O Resultado Operacional atingiu o valor de €3,9M, registando uma variação positiva de 50,4% face ao ano anterior, em que ascendeu a €2,59M.

Perspetivas para o triénio 2024/26

Perspetivas para o triénio 2024/26

Depois da resiliência exibida em 2023, as perspetivas para 2024 são de abrandamento do ritmo de crescimento da economia mundial, para um ritmo abaixo da tendência de longo-prazo e com riscos de recessão em várias economias desenvolvidas.

Impera, ainda assim, um elevado grau de incerteza nesta matéria, cujo desfecho efetivo muito dependerá do grau e do momento em que o impacto económico da perda de rendimento real e da deterioração das condições financeiras se materializará de forma mais efetiva.

Em termos agregados, o contributo favorável da política orçamental, das poupanças excedentárias e a fixação de dívida a taxas de juros baixas permitiram suavizar o impacto económico da subida das taxas diretoras. No entanto, pelo menos parte destes fatores ter-se-á esgotado ao longo de 2023, uma tendência que se deve acentuar ao longo de 2024. Antecipa-se, assim, uma desaceleração da criação de emprego e algum aumento do desemprego, fruto da perspetiva de

deterioração das condições financeiras, da quebra antecipada das margens operacionais e do clima de incerteza global.

Mesmo num cenário em que os bancos centrais tenham já finalizado os respetivos ciclos de subida das taxas diretoras, os efeitos das subidas das taxas de juro ocorridas nos últimos dois anos deverão continuar a fazer-se sentir, à medida que as taxas de juro dos empréstimos são ajustadas, sendo já visível algum aumento dos incumprimentos e do número de insolvências.

Tendo por base as mais recentes projeções da OCDE, é expectável um abrandamento do ritmo de crescimento da economia mundial de 2,9% em 2023 para 2,7% em 2024, o que, a confirmar-se,

será o ritmo mais modesto desde a crise financeira de 2009, excluindo o período pandémico. O crescimento esperado para 2024 deverá assentar maioritariamente no desempenho das economias emergentes, com destaque para as expansões próximas ou mesmo acima de 5% da China, da Indonésia e da Índia. Em oposição, projeta-se um arrefecimento das principais economias desenvolvidas, embora excluindo a potencial ocorrência de choques económicos adicionais de maior impacto não se antecipe uma quebra económica significativa nestas geografias.

Depois de constituir um fator de importante suporte ao consumo privado nas economias desenvolvidas ao longo dos últimos dois anos, projeta-se um enfraquecimento do mercado laboral em 2024. Não obstante, face ao ponto de partida, antecipa-se uma deterioração relativamente modesta, o que, a par da queda projetada para a inflação e da recuperação dos níveis de rendimento real disponível, deverá impedir um enfraquecimento significativo do consumo privado.

A economia dos EUA destacou-se pela resiliência em 2023. A ausência de desequilíbrios estruturais não coloca em perspetiva uma quebra significativa do nível de atividade e o seu principal dínamo, o consumo privado, continua a beneficiar de níveis historicamente elevados de emprego, mínimos da taxa de desemprego e de ainda forte procura por força de trabalho, com reflexo no crescimento do rendimento laboral. Não obstante, as poupanças excedentárias acumuladas ao longo do período pandémico sofreram uma quebra e são detidas pelas famílias de maiores rendimentos, com menor propensão para o consumo. Acresce que o impacto da subida das taxas de juro deverá acentuar-se ao longo do tempo, com impacto quer no consumo privado, quer no investimento. Destaque ainda para a vulnerabilidade do mercado imobiliário e

para os riscos não negligenciáveis de recessão já sugeridos por vários indicadores avançados.

As projeções para a Área do Euro rondam um crescimento do PIB real de 0,5% em 2024, equivalente ao crescimento esperado em 2023. Apesar do retrocesso da inflação e da queda dos preços das matérias-primas, a região continua numa posição de fragilidade, perante as condições financeiras mais restritivas, o que engloba desde a subida das taxas de juro até à maior dificuldade no acesso a financiamento. A recuperação projetada do rendimento real disponível e a expectativa de um mercado laboral ainda resiliente poderão suportar o consumo privado. O investimento deverá permanecer condicionado pelo nível elevado das taxas de juro na região, pelo clima de incerteza e pela deterioração das margens e dos lucros empresariais em 2024. O investimento em infraestruturas sairá, ainda assim, beneficiado pelos fundos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência da União Europeia, em oposição ao investimento imobiliário, que provavelmente permanecerá frágil. Adicionalmente, não se projeta um contributo relevante da procura externa, fruto das perspetivas modestas para a economia mundial e mais especificamente para os principais parceiros comerciais da região.

A heterogeneidade de perfis de crescimento foi amplificada no passado recente por diferentes graus de exposição às repercussões da invasão da Ucrânia pela Rússia e pelos diferentes graus de transmissão da política monetária do BCE. Para 2024, projeta-se uma maior harmonia de desempenhos económicos na região, mais especificamente com alguma retoma da Alemanha (a OCDE projeta um crescimento de 0,6%) e alguma desaceleração do PIB real de Espanha e de França (para 0,8% e 1,4%, respetivamente).

De acordo com o Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá registar em 2024 um crescimento inferior ao assinalado em 2023 (1,2%, após os 2,1% esperados para 2023). O abrandamento dever-se-á ao menor contributo do mercado externo, incluindo dos serviços

relacionados com as atividades turísticas, perante a normalização da procura externa pós-COVID e o enquadramento internacional mais desafiante.

O consumo privado deverá crescer a um ritmo moderado, idêntico ao verificado em 2023, decorrente do impacto do aperto das condições financeiras no serviço da dívida e do acesso mais dificultado a novos empréstimos. Por outro lado, a situação de pleno emprego e o aumento do salário mínimo deverão garantir que o crescimento salarial será superior ao da inflação média em 2024.

No investimento, projeta-se uma contração do investimento residencial 2024 e uma expansão relativamente modesta do investimento empresarial, em oposição à expansão mais acentuada do investimento público, fruto da canalização dos fundos europeus relacionados com o Plano de Recuperação e Resiliência, antecipando-se uma expansão próxima de 2% das subvenções em 2024. Em contrapartida, várias medidas estatais de contenção da inflação serão extintas em 2024, entre as quais os cortes temporários nos impostos sobre a energia e no IVA, o congelamento do imposto sobre o carbono, bem como os subsídios aplicados aos preços da eletricidade, do gás e dos combustíveis.

Em termos relativos, a economia portuguesa deverá preservar o diferencial positivo de crescimento comparativamente à média da área do euro, um desempenho relativo favorecido pelo maior crescimento da FBCF e das exportações.

O saldo orçamental deverá permanecer excedentário em 2024, com a eliminação progressiva das medidas de atenuação da inflação a compensar a aplicação dos investimentos do PRR, os aumentos dos salários públicos e a indexação das prestações de reforma, a redução do IRS, bem como subsídios hipotecários prolongados e novos incentivos fiscais às empresas para o investimento. A dívida pública terá atingido níveis próximos de 100% em 2023, dois anos antes do esperado pela generalidade das entidades

internacionais. Embora a trajetória do saldo orçamental e da dívida estejam algo sujeitos ao desfecho das eleições legislativas e por consequência às políticas económicas adotadas, projeta-se ainda assim uma continuidade da disciplina orçamental.

No bloco emergente, os desafios estruturais da China deverão continuar a restringir o seu ritmo de crescimento potencial. Pese embora os estímulos já anunciados e a expectativa de anúncio de medidas estabilizadoras do ritmo de crescimento adicionais, a generalidade dos analistas projeta um crescimento de 4,5% em 2024 e em 2025.

A postura menos proativa e mais reativa do executivo da China é reveladora de um paradigma diferenciado do passado, com um foco aparente no controlo das vulnerabilidades da economia através de ajustes progressivos e desta forma evitar desfechos como a reaceleração da economia baseada em drivers insustentáveis ou, no extremo oposto, enfrentar décadas de estagnação económica associadas à eclosão da bolha imobiliária. A importância deste sector para a economia chinesa continua a ser extrema, não apenas numa perspetiva produtiva como de reserva de valor, pelo que o sucesso da política económica na próxima década passará não apenas pela identificação de novos drivers de crescimento sustentável da economia, como também a promoção de um arrefecimento “controlado” do sector imobiliário, sob o risco de contribuir para um clima depressivo na economia doméstica.

Em oposição, outras economias emergentes deverão continuar em plano de destaque pela positiva, entre as quais a Índia e a Indonésia, com crescimentos em perspetiva de 6% e de 5,2%, respetivamente.

Depois da desaceleração acentuada da inflação ao longo do ano de 2023, muito associada à queda dos preços das matérias-primas e à normalização do funcionamento das cadeias de abastecimento, a expectativa é de continuidade desta tendência em 2024. A principal exceção desta tendência em 2023

foi o Japão, para a qual a desvalorização superior a 30% da divisa nipónica desde o início de 2022 contribuiu decisivamente.

A OCDE projeta um abrandamento da inflação total para o G20 de 6,2% em 2023 e para 5,8% em 2024, ainda significativamente acima do objetivo da generalidade dos países que compõem o agrupamento. No entanto, o progresso efetivo de combate à inflação foi mais modesto do que a queda da inflação total indica, como atesta o retrocesso mais modesto da inflação subjacente. A projeção da OCDE é de um retrocesso mais efetivo desta rubrica em 2024, ditado pelas menores pressões associadas a custos produtivos, pela moderação das margens de lucro e pelo menor crescimento salarial.

Projeta-se uma trajetória descendente da inflação em quase 90% dos países da OCDE. Entre estes, a inflação nos EUA deverá aproximar-se do respetivo objetivo em 2024, mas permanecer ainda assim excessiva, com uma média anual da inflação de 2,8% (que compara com 4,4% em 2023).

A Área do Euro enfrenta um cenário equivalente, de desaceleração da inflação para um nível de inflação médio abaixo de 3% em 2024. Pese embora os sinais de inflexão do crescimento do nível de preços, persistem pressões significativas embora marginalmente decrescentes no segmento dos serviços, fruto em particular do crescimento salarial. Não obstante, o retrocesso esperado nos níveis de procura deverá contribuir para a continuidade da trajetória descendente da inflação na região.

Por outro lado, depois de contribuir decisivamente para a queda da inflação em 2023, a componente de bens poderá mostrar-se mais pressionada em 2024, no seguimento de potenciais contributos positivos dos preços da energia, a par da extinção das medidas estatais de controlo dos preços do gás e da eletricidade. Em oposição, a inflação nos bens alimentares e nos bens industriais não-energéticos deverá continuar a retroceder, reflexo das menores disrupções nas cadeias de

abastecimento, da maior estabilidade dos preços das matérias-primas em termos agregados, e das menores margens de lucro empresariais. Fatores de médio-prazo como a desglobalização, a transição energética e a demografia deverão condicionar a convergência da inflação para o objetivo dos bancos centrais.

Depois de acréscimos significativos nos últimos dois anos, os níveis de taxas diretoras dos principais bancos centrais encontram-se hoje em níveis restritivos, o que face ao enquadramento económico descrito deverá permitir uma pausa nos ciclos de subida de taxas diretoras.

Ainda assim, não é provável que se assista a reversão significativa nas respetivas políticas monetárias. Apesar da quebra da inflação criar condições para alguns cortes das taxas diretoras, para assim evitar subidas das taxas reais, os valores ainda excessivos dos níveis de preços deverão implicar que estas se mantenham em níveis restritivos ao longo de 2024.

O desfecho macroeconómico de 2024 poderá revelar-se mais desafiante caso o perfil inflacionista se prove mais persistente do que o esperado, o que originaria uma postura mais agressiva do que a esperada pelos principais bancos centrais. Entre os principais riscos negativos, destaque para (i) a possível emergência de instabilidade financeira, originada por uma vaga de incumprimentos e de tensão no sector bancário, assim como (ii) o possível acréscimo das tensões geopolíticas, com reflexo no preço das matérias-primas. Inversamente, uma normalização mais acelerada da inflação, um retrocesso dos riscos geopolíticos e uma retoma económica da China estão entre os principais fundamentos para um enquadramento económico e financeiro mais benéfico em 2024.

À semelhança de 2023, a flutuação das expetativas relacionadas com a dinâmica económica e com a inflação deverá manter-se como o principal barómetro de desempenho dos ativos financeiros em 2024.

Como descrito anteriormente, depois do mais rápido e significativo ciclo de subida de taxas diretoras pelos principais bancos centrais desde os anos 80, o cenário central para a evolução da atividade e da inflação é consistente com alguns cortes de taxas diretoras em 2024, um contexto que, no entanto, já se encontrará em larga medida incorporado, depois da forte queda das taxas de juro e do perfil de valorização das classes de risco no derradeiro trimestre de 2023. Assim, embora haja ainda amplitude para quedas adicionais das taxas de juro soberanas em 2024, as perspetivas dos investidores poderão provar-se algo otimistas no que se refere à proporção e ao timing dos potenciais cortes de taxas diretoras, o que poderá conter o perfil de valorização da classe. Antecipam-se ainda assim rendibilidades positivas da dívida governamental em 2023.

Embora os spreads de dívida de obrigações empresariais evoluam em linha com a sua média histórica, os fortes estreitamentos ocorridos em 2023 e a expectativa de alguma deterioração dos fundamentais dificultam o perfil de valorizações em 2024, em particular na dívida de qualidade creditícia inferior. Não obstante, uma vez que o contexto económico previsto é ainda globalmente benéfico e que os níveis de endividamento e de serviço da dívida são ainda robustos, projetam-se valorizações do segmento de crédito, com um binómio risco-retorno mais favorável na dívida com maturidades curtas e no segmento de *investment grade*.

O início do ciclo de cortes de taxas diretoras nas economias desenvolvidas e a estabilização económica da China poderão beneficiar a dívida de mercados emergentes, restando ainda algum potencial de ganhos no segmento de dívida em moeda local.

A valorização surpreendente da classe acionista em 2023 coloca os ganhos potenciais em 2024 num plano mais exíguo.

A expectativa de compressão das margens e de crescimento modesto dos resultados significa alguma dependência de uma potencial expansão de múltiplos para que se verifique uma valorização mais pronunciada da classe. Embora esse cenário seja possível, poderá ser pouco plausível um ajustamento material nesse âmbito. Não obstante, a ocorrência potencial de surpresas positivas associadas a temas de carácter mais microeconómico como a inteligência artificial ou um possível desempenho mais sólido no âmbito macroeconómico, poderão permitir surpresas de crescimento de resultados e garantir mais um ano de forte valorização da classe acionista.



Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade em 2023

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade em 2023

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, de seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023			
ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	RENDIMENTO FIXO	RENDIMENTO VARIÁVEL	NÚMERO A 31/12/2023
COMISSÃO EXECUTIVA			
Presidente e Administradores	358.566	172.748	3
Administradores independentes	41.520	-	1
CONSELHO FISCAL			
Presidente e vogais	32.670	-	4
COLABORADORES			
Colaboradores	2.011.578	269.877	43

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2023.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €35.978 pelos serviços prestados nesse âmbito.

Em 2023 não foram pagos quaisquer valores referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

Proposta de Aplicação de Resultados de 2023

Proposta de aplicação de resultados de 2023

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do art.º 66 e para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do art.º 376, ambos do Código das Sociedades Comerciais, encontrando-se cumpridos os requisitos legais e estatutários de capital, o Conselho de Administração da IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. propõe que ao resultado líquido de imposto relativo ao exercício de 2023, no valor de €2.959.674,81 (dois milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e setenta e quatro euros e oitenta e um cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

- a) Distribuição de dividendos ao acionista no montante de €500.000,00 (quinhentos mil euros);
- b) Integração na rubrica de “Reservas Livres” do montante remanescente, no total de €2.459.674,81 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e setenta e quatro euros e oitenta e um cêntimos).

Estrutura e Práticas do Governo Societário

Estrutura e práticas do governo societário

ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURAS INTERNAS

A IMGA tem implementada uma estrutura de governo societário com todos os recursos e meios necessários ao cabal desempenho das respetivas funções, visando a promoção de uma gestão sã e prudente, assente numa efetiva segregação de funções e linhas de reporte direto claramente definidas, em linha com as melhores práticas internacionais e com os princípios adotados pelo seu acionista.

A Sociedade adota como estrutura de administração e de fiscalização o modelo com um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas, ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro do Conselho Fiscal.

Os membros dos Órgãos Sociais são eleitos pela Assembleia Geral, para mandatos de três anos, sendo o mandato em curso válido para o triénio 2021/2023.



A Assembleia Geral, cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário, delibera nos assuntos sobre os quais especificamente a Lei e os Estatutos lhe atribuem competência quanto a questões fundamentais como sejam a eleição de órgãos sociais, alterações ao contrato de sociedade e aprovação do Relatório de Gestão do Conselho de Administração, das Demonstrações Financeiras, bem como da Proposta de aplicação de resultados.

O Conselho de Administração é composto por cinco membros, incluindo um membro independente, reunindo pelo menos uma vez por mês, com vista à prossecução dos interesses gerais da Sociedade, delegando numa Comissão Executiva a gestão corrente dos negócios.

A Comissão Executiva é composta por três membros, um Presidente e dois Administradores, sendo diretamente responsável pela atividade diária das diferentes Direções que compõem a Sociedade, para o que estão devidamente definidos os respetivos pelouros.

Concretamente ao Presidente da Comissão Executiva estão estatutariamente atribuídas competências de prestação de informação aos demais membros do Conselho de Administração, relativamente à atividade e às deliberações da Comissão Executiva, de que coordena as atividades, velando pela execução das deliberações.

A fiscalização dos negócios da IMGA é exercida por um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas, ambos eleitos pela Assembleia Geral, a quem é assegurado o acesso regular à informação necessária ao adequado exercício das suas funções. Complementarmente, a Assembleia Geral designou ainda um auditor externo para verificação das contas da Sociedade.

Faz ainda parte da estrutura interna um Comité de Remunerações, composto por dois Administradores não executivos e o Presidente do Conselho Fiscal, nomeados em Assembleia Geral, com competências de assessoria interna em matéria relativa à Política de Remunerações dos Órgãos Sociais.

É regularmente avaliada a adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização para o exercício das suas respetivas funções, preenchendo os requisitos legais para o efeito, incluindo a verificação dos requisitos da sua necessária independência onde aplicável.

ESTRUTURA ACIONISTA DA IMGA

Desde maio de 2015 a IMGA é detida na sua totalidade pelo Grupo CIMD, um dos maiores grupos independentes nos mercados financeiros e de energia da Península Ibérica, que presta serviços de intermediação, consultoria, gestão, titularização e energia, destinados maioritariamente a clientes institucionais.

Assim, para cumprimento do disposto pelo Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, regista-se que os membros dos órgãos de administração e fiscalização não possuem quaisquer ações da Sociedade.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA DO GRUPO CIMD

A CIMD, S.A. detém as 9 sociedades funcionais que constituem o Grupo, das quais oito são detidas a 100% e uma a 70%, a IM Titulización, sendo o restante capital desta sociedade detido pelos seus colaboradores.

A atual estrutura societária do Grupo em Espanha é composta pela CIMD SV, IM SA, IM Gestión, W2M, IM Valores SV, IM Valora e IM Titulización, complementada pela CIMD (Dubai) Ltd e a IM Gestão de Ativos em Portugal.

ESTRUTURA ACIONISTA DO GRUPO CIMD

Após vários anos sem qualquer alteração na sua estrutura acionista, há a registar a saída da participação da TP ICAP no capital do Grupo no final de 2023, por redução do capital social da CIMD, SA, mediante a amortização da totalidade das 72.124 ações da Categoria B que detinha.

Foi eliminada a Categoria B de ações representativas do capital social da CIMD, SA, passando a existir uma única categoria e série de ações, com idênticos direitos de voto e económicos.

Em resultado desta redução de capital os quadros diretivos passaram a deter uma participação de 50% no capital do Grupo, com a restante participação a ser detida pelo Banco de Crédito Cooperativo (12,5%), BBVA (11,8%), Grupo Crédito Agrícola (11%), Santander (7,4%) e pela IberCaja (7,3%), com o respetivo efeito em termos de participação indireta no capital social da IMGA.

CUMPRIMENTO DE OUTRAS MATÉRIAS RELEVANTES DO ARTIGO 66º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Não foram concedidas quaisquer autorizações a negócios entre a Sociedade e os seus Administradores, nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Não existem quaisquer sucursais da Sociedade.

A Sociedade não detém, nem deteve durante 2023, quaisquer ações próprias.

Não existem factos relevantes ocorridos após o termo do período.

Nota Final

Nota Final

Reflexão sobre o Exercício e Perspetivas Futuras

É com apreço e satisfação que se analisam o desempenho, as conquistas e os resultados alcançados ao longo do exercício. O ano de 2023 marcou mais um relevante capítulo na história da IMGA, mais um período de desafios e oportunidades e é com orgulho que se destacam os esforços de todos os envolvidos na sua superação.

Enfrentaram-se uma série de desafios externos e internos, desde o enquadramento desafiante dos mercados, até às mudanças regulatórias, que nos instigaram a aprimorar estratégias e tomar iniciativas que, graças à dedicação e compromisso de todos, permitiram superar obstáculos e continuar a crescer de forma sustentável.

Destacam-se os seguintes pontos-chave como alicerces do desempenho neste período:

Foco no Cliente - prioridade à antecipação das necessidades e das expectativas dos investidores, com vista a disponibilizar soluções de investimento inovadoras e personalizadas, que agreguem valor e promovam o crescimento do património dos participantes.

Gestão Ativa e Disciplinada - abordagem de gestão ativa e disciplinada, fundamentada em processos robustos e cuidadosos de seleção de ativos, análises de mercado e monitorização contínua, visando otimizar o desempenho e proteger os interesses do investidor.

Investimento em Inovação e Desenvolvimento - manutenção do compromisso com a inovação e o desenvolvimento contínuo, explorando e investindo em novas tecnologias, processos e talentos, promovendo a competitividade e criação de valor a longo prazo.

Responsabilidade Social e Sustentabilidade - fortalecimento do compromisso com a responsabilidade social e ambiental, prosseguindo a implementação de procedimentos e práticas sustentáveis, com contributo positivo para a comunidade.

Crescimento Financeiro Sólido - aumento significativo do volume de negócios e da rentabilidade, refletindo a eficácia das estratégias implementadas e a confiança dos *stakeholders*.

Para o futuro, reconhecem-se novos desafios e oportunidades, com o compromisso de permanecer na vanguarda da inovação e excelência na gestão de investimentos, continuando a agregar valor aos nossos *stakeholders*.

Pela dedicação ao trabalho realizado em 2023, cumpre ao Conselho de Administração expressar o seu agradecimento e reconhecimento a todos os que contribuíram para o desenvolvimento da IMGA, nomeadamente:

Aos Bancos Depositários e Entidades Comercializadoras dos fundos, pela diligência e profissionalismo postos no desempenho das suas funções;

Aos Fornecedores, prestadores de serviços e parceiros de negócio, pela colaboração prestada ao longo do exercício;

Aos membros do Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, pelo estreito acompanhamento e pronta colaboração prestada;

Às Entidades de Supervisão, pela colaboração e disponibilidade;

Aos Participantes dos fundos, pela confiança manifestada.

Uma palavra de especial agradecimento a todos os Colaboradores, pelo elevado profissionalismo e dedicação uma vez mais demonstrados.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2024

O Conselho de Administração

Iñigo Trincado Boville

Emanuel Guilherme Louro da Silva

Ana Rita Soares de Oliveira Gomes Viana

Mário Dúlio de Oliveira Negrão

João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira

Anexos

Anexos

- Demonstrações Financeiras e Notas Anexas
- Relatório de Auditoria
- Certificação Legal de Contas
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Demonstrações Financeiras e Notas Anexas

(página intencionalmente em branco)

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.
Demonstração dos Resultados e do Outro Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2023	2022
Rendimentos de serviços e comissões	2	13 148 531	10 418 190
Gastos com serviços e comissões	2	(2 585 634)	(1 628 527)
Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de resultados		17 681	(5 424)
Resultados de reavaliação cambial (líquido)		(1 494)	(2 252)
Resultados de alienação de outros ativos		-	(12)
Gastos com pessoal	5	(3 805 610)	(3 338 510)
Gastos gerais administrativos	6	(2 426 609)	(2 174 550)
Depreciações e amortizações	7	(558 956)	(528 869)
Outros resultados de exploração	4	117 773	(143 537)
Resultado Operacional		3 905 683	2 596 510
Juros e rendimentos similares	3	145 118	4 194
Juros e gastos similares	3	(36 870)	(32 860)
Resultado antes de impostos		4 013 931	2 567 844
Impostos sobre os lucros			
Impostos correntes	13	(1 065 827)	(656 157)
Correção de estimativa para impostos	13	13 702	34 242
Impostos diferidos	13	(2 131)	(4 596)
Resultado líquido do exercício		2 959 675	1 941 334
Rendimento integral do exercício		2 959 675	1 941 334
Resultado por ação		2,9597	1,9413

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.
 Demonstração da Posição Financeira dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Montantes expressos em Euros)

	Notas	31-12-2023	31-12-2022
		Valor líquido de provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido de provisões, imparidade e amortizações
ATIVO			
Ativo Corrente			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	8	1 935	1 559
Disponibilidades em outras instituições de crédito	9	2 189 937	1 857 833
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	10	1 191 699	82 075
Aplicações em instituições de crédito	9	4 000 000	3 500 000
Outros ativos	14	1 904 615	1 185 580
Total Ativo Corrente		9 288 185	6 627 048
Ativo Não Corrente			
Ativos tangíveis	11	1 570 910	1 614 367
Ativos intangíveis	12	1 948 074	1 944 924
Ativos por impostos diferidos	13	-	2 131
Outros ativos	14	161 045	200 154
Total Ativo Não Corrente		3 680 028	3 761 576
TOTAL DO ATIVO		12 968 213	10 388 624
PASSIVO			
Passivo Corrente			
Passivos por impostos correntes	13	515 161	154 955
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	15	336 033	302 270
Outros passivos	16	4 272 082	2 835 348
Total Passivo Corrente		5 123 275	3 292 573
Passivo Não Corrente			
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	15	927 262	1 058 228
Outros passivos	16	303 780	255 989
Total Passivo Não Corrente		1 231 042	1 314 216
TOTAL DO PASSIVO		6 354 317	4 606 789
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	17	1 000 000	1 000 000
Outras reservas e resultados transitados	18 e 19	2 654 221	2 840 501
Resultado do exercício		2 959 675	1 941 334
Total dos Capitais Próprios		6 613 896	5 781 834
Total do Passivo e dos Capitais Próprios		12 968 213	10 388 624

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração das alterações dos capitais próprios nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital	Reservas legais e estatutárias	Reservas livres e resultados acumulados	Resultados líquidos do período	Total dos capitais próprios
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1 000 000	1 000 001	1 895 626	1 868 518	5 764 145
Resultados transitados		-	-	1 868 518	(1 868 518)	-
Distribuição de reservas		-	-	(1 850 000)	-	(1 850 000)
Ajustamentos IFRS 16		-	-	(73 644)	-	(73 644)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	1 941 334	1 941 334
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1 000 000	1 000 001	1 840 500	1 941 334	5 781 834
Resultados transitados		-	-	1 941 334	(1 941 334)	-
Distribuição de reservas	18 e 19	-	-	(2 200 000)	-	(2 200 000)
Ajustamentos IFRS 16		-	-	72 387	-	72 387
Resultado líquido do exercício		-	-	-	2 959 675	2 959 675
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1 000 000	1 000 001	1 654 220	2 959 675	6 613 896

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Juros recebidos		162 063	-
Comissões recebidas		13 371 095	10 918 413
Pagamento de comissões		(1 676 372)	(1 088 650)
Pagamento a colaboradores		(1 737 919)	(1 615 899)
Pagamento a fornecedores		(3 148 432)	(2 970 315)
Outros recebimentos / (pagamentos)		(1 768 444)	(1 633 618)
		5 201 990	3 609 930
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos		(691 919)	(554 008)
		4 510 071	3 055 922
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Aquisições / (alienação) de investimentos financeiros		(1 214)	(2 709)
Aquisição / (alienação) de ativos tangíveis e intangíveis		-	(3 342)
		(1 101 222)	(6 051)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		(2 200 000)	(1 850 000)
Pagamentos de locação - capital		(363 284)	(333 257)
Pagamentos de locação - juros		(13 085)	(4 350)
		(2 576 370)	(2 187 607)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		832 479	862 264
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 359 393	4 497 128
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	8 e 9	6 191 872	5 359 393

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2023

NOTA INTRODUTÓRIA

A IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA (a “Sociedade” ou “IMGA”) foi constituída por escritura pública em 14 de abril de 1989 e tem como objeto social a administração, em representação dos participantes e no interesse exclusivo destes, de um ou mais fundos de investimento mobiliário, imobiliário, ou de capital de risco e, em geral, o exercício de todas as atividades consentidas por lei às sociedades gestoras de organismos de investimento coletivo, nos termos da legislação portuguesa, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 27/2023 de 28 de abril e o Regulamento n.º 7/2023 de 21 de dezembro da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

A Sociedade esteve na esfera do Grupo BCP entre 1991 e 2015, quando o Grupo CIMD adquiriu a totalidade do seu capital social.

Em 27 de abril de 2015, o Banco de Portugal deliberou não deduzir oposição à aquisição da totalidade do capital social da Millennium BCP Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos, SA, pelo Grupo CIMD, tendo a transação sido formalizada em 18 de maio de 2015. De referir que no âmbito deste acordo o BCP continua a comercializar os Fundos de Investimento geridos pela Sociedade, dos quais é um dos depositários.

Na sequência da aquisição da Sociedade a sua denominação social foi alterada para IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA.

Os Fundos passaram a ser geridos diretamente pela IMGA, tendo a sociedade gestora, para o efeito, reforçado os seus meios técnicos e humanos.

A partir de 1 de outubro de 2017 a Sociedade passou a gerir os 8 Fundos de Investimento Mobiliário anteriormente geridos pelo Grupo Crédito Agrícola.

A 27 de dezembro de 2019 foi aprovada pela Assembleia Geral a alteração da denominação social da Sociedade, de modo a adotar a expressão “Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo” ou a abreviatura “SGOIC”, para cumprimento do Decreto-Lei nº 144/2019, de 23 de setembro. A firma da Sociedade foi assim alterada para IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA.

Em 31 de dezembro de 2023, os fundos mobiliários geridos pela Sociedade são os seguintes:

Fundos de Investimento Mobiliário (Fundos Abertos):	Data de Constituição
<i>Fundos de Curto Prazo</i>	
CA Monetário	6 de outubro de 2008
CA Curto Prazo	1 de abril de 2016
IMGA Money Market	4 de agosto de 2010
IMGA Money Market USD	29 de setembro de 2020
IMGA Liquidez	6 de abril de 2010
<i>Fundos de Obrigações</i>	
IMGA Dívida Pública Europeia	22 de julho de 2013
IMGA Euro Taxa Variável	23 de maio de 2011
IMGA Iberia Fixed Income ESG	2 de fevereiro de 2017
IMGA Rendimento Mais	19 de julho de 2005
IMGA Rendimento Semestral	1 de julho de 1996
CA Rendimento	20 de junho de 1994
IMGA Financial Bonds 3 1/2	1 de junho de 2023
IMGA Financial Bonds 3Y 2,25%	1 de fevereiro de 2023
IMGA Obrigações Globais Euro 2024	1 de setembro de 2023
IMGA Obrigações Globais Euro 2025	4 de dezembro de 2023
<i>Fundos Multi-Ativos</i>	
IMGA Alocação Conservadora	14 de agosto de 1995
IMGA Alocação Dinâmica	14 de agosto de 1995
IMGA Alocação Moderada	14 de agosto de 1995
IMGA Alocação Defensiva	24 de julho de 2007
IMGA Flexível	22 de junho de 1998
EUROBIC Seleção TOP	1 de outubro de 2018
<i>Fundos de Ações</i>	
IMGA Ações América	17 de janeiro de 2000
IMGA Ações Portugal	20 de julho de 1995
IMGA European Equities	19 de março de 1990
IMGA Global Equities Selection	11 de março de 2004
IMGA Iberia Equities ESG	2 de fevereiro de 2017
<i>Fundos de Poupança-Reforma Harmonizados</i>	
IMGA Poupança PPR/OICVM	5 de maio de 2003
IMGA Investimento PPR/OICVM	11 de janeiro de 2006
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo de Vida +55	15 de outubro de 2018
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo de Vida 45 -54	16 de outubro de 2018
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo de Vida 35 -44	18 de outubro de 2018
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo de Vida -34	19 de outubro de 2018
<i>Fundos Alternativo-Mobiliário Aberto</i>	
IMGA PME Flex	2 de janeiro de 2023

No âmbito da expansão das suas atividades, foi constituído o Fundo One Kapital – FCR, sendo que em 31 de dezembro de 2023 os fundos dessa categoria geridos pela IMGA são os seguintes:

Fundos de Capital de Risco	Data de Constituição
Capitalves Sífide – Fundo de Capital de Risco Fechado	31 de dezembro de 2020
Mondego Invest - Fundo de Capital de Risco Fechado	2 de dezembro de 2020
One Kapital – Fundo de Capital de Risco Fechado	21 de dezembro de 2023

NOTA 1 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as *International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS), no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Regulamento da CMVM n.º 3/2020, que clarifica o regime contabilístico aplicável às Sociedades Gestoras de Organismos de Investimento Coletivo (SGOIC), após a sua cessão à sujeição ao RGICSF (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) decorrente da transferência, do Banco de Portugal para a CMVM, das competências de supervisão prudencial sobre as SGOIC, operada pelo Decreto-Lei n.º 144/2019, que concentrou, na CMVM, a supervisão prudencial e comportamental das SGOIC.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos, cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As demonstrações financeiras agora apresentadas são expressas em euros.

b) Alterações de políticas contabilísticas

Em 2023 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas.

c) Instrumentos financeiros

A Sociedade mensurou a maior parte dos ativos financeiros e os passivos de locação ao custo amortizado.

O custo amortizado é a quantia pela qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial deduzida dos reembolsos de capital, acrescida ou deduzida da amortização acumulada usando o método do juro efetivo de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia à data do vencimento, e, para os ativos financeiros, ajustada por eventuais imparidades para perdas.

A taxa de juro efetiva é a que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da duração esperada do ativo financeiro ou do passivo financeiro à quantia escriturada bruta de um ativo financeiro ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efetiva, foram estimados os fluxos de caixa esperados considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não consideradas as perdas de crédito esperadas. O cálculo inclui todas as comissões e pontos pagos ou recebidos entre as partes do contrato que são parte integrante da taxa de juro efetiva, os custos de transação, e todos os outros prémios ou descontos.

A IMGA reduz a quantia escriturada dos ativos financeiros quando não mensurados ao justo valor, sempre que não tem expectativas razoáveis da sua recuperação na totalidade ou em parte, pelo que foram ponderadas as imparidades destes ativos através de um modelo de antecipação de “perda esperada”, independentemente de esta ter sido ou não já incorrida, considerando essas perdas por uma quantia igual às perdas de crédito esperadas ao longo da respetiva duração se o risco de crédito associado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A Sociedade mensurou também alguns ativos financeiros pelo justo valor através dos resultados. Na mensuração inicial destes ativos não foram considerados os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão do ativo financeiro. Na mensuração subsequente, a IMGA procede à substituição da quantia escriturada pelo justo valor no final de cada período de relato, reconhecendo os ganhos e perdas daí resultantes na demonstração dos resultados.

No reconhecimento inicial as “contas a receber comerciais” que não têm uma importante componente de financiamento são mensuradas pelo seu preço de transação (tal como definido na IFRS 15).

d) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros, ativos e passivos, mensurados ao custo amortizado, são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, a Sociedade procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, gastos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação.

e) Reconhecimento de rendimentos resultantes de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;

- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

f) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Os gastos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de Anos
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3
Ativos sob direito de uso - Imóveis	5 e 7
Ativos sob direito de uso – Eq. Transporte	4 e 5

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido de encargos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

g) Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

A Sociedade efetua as respetivas amortizações de acordo com o método das quotas constantes tendo por base a sua vida útil, conforme IAS 38 – Ativos intangíveis, como se segue:

	Vida Útil
Projetos de desenvolvimento / programas de computador	3 anos
Direitos adquiridos a título oneroso	20 anos

h) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

i) *Offsetting*

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando a Sociedade tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

j) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

k) Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem benefícios a curto prazo, tais como salários e contribuições para a segurança social, licenças pagas, remuneração variável, seguros de vida e de saúde.

l) Imposto sobre lucros

A Sociedade está sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação em IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A Sociedade compensa ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes quando tem o direito de compensar as quantias reconhecidas e pretende liquidar o imposto numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A Sociedade compensa ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos quando tem o direito de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes e os ativos e passivos por impostos diferidos relacionam-se com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal.

m) Determinação dos impostos

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, a Autoridade Tributária tem a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Sociedade, durante um período de quatro anos nos exercícios em que é apurado um lucro e não existem reportes de prejuízos fiscais.

Desta forma, eventuais correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal poderão ocorrer. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Sociedade, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

NOTA 2 - RENDIMENTOS E GASTOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	2023	2022
	Euros	Euros
Rendimentos com serviços e comissões		
Comissões de gestão de fundos mobiliários e FCR	13 148 531	10 418 190
	13 148 531	10 418 190
Gastos com serviços e comissões		
Comissões de utilização de redes	2 570 278	1 611 896
Outras comissões	15 356	16 631
	2 585 634	1 628 527
	10 562 898	8 789 663

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Rendimentos com serviços e comissões – Comissões de gestão de fundos mobiliários e FCR” refere-se a comissões de gestão cobradas pela Sociedade, no âmbito do contrato de prestação de serviços de gestão dos fundos de investimento mobiliários e dos fundos de capital de risco geridos pela IMGGA.

A rubrica “Gastos com serviços e comissões - Comissões de utilização de redes” regista, em 2023 e 2022, a comissão de comercialização variável referente ao Millennium bcp.

A rubrica “Outras comissões” regista o montante de Euros 15.356 (2022: Euros 16.631) relativo a comissões bancárias e comissões com garantias bancárias.

NOTA 3 – JUROS, RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Esta rubrica é composta pelos seguintes valores:

	2023	2022
	Euros	Euros
Juros e rendimentos similares		
Juros de depósitos e outras aplicações	145 108	4 194
Outros juros	11	-
	145 118	4 194
Juros e gastos similares		
Juros de passivos de locação	(36 870)	(32 860)
	(36 870)	(32 860)

No exercício de 2023, em “Juros de depósitos e outras aplicações” foram registados os juros de depósitos a prazo que a Sociedade obteve com as aplicações realizadas.

Os “Juros e gastos similares” registam os juros relativos aos contratos de locação (IFRS 16). O aumento verificado em 2023 relativamente a 2022 deveu-se sobretudo à remensuração dos valores associada à renovação do contrato de arrendamento do escritório da Sociedade por idêntico período (5 anos).

NOTA 4 - OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	2023	2022
	Euros	Euros
Rendimentos		
Outros rendimentos de exploração	365 881	7 607
	365 881	7 607
Gastos		
Impostos	107 660	73 912
Quotizações	17 416	19 327
Donativos	35 940	28 500
Outros gastos de exploração	87 092	29 405
	248 108	151 144
	117 773	(143 537)

Nos exercícios de 2023 e 2022, a rubrica de “Rendimentos” associada aos “Outros rendimentos de exploração”, no montante de Euros 365.881 e 7.607, respetivamente, resulta maioritariamente de ganhos relativos a exercícios anteriores, onde destacamos a devolução pela Autoridade Tributária do montante de Euros 350.078 relativo à restituição de Imposto de Selo 2019, na sequência de decisão arbitral favorável à IMGa. Em 2022 essa rubrica regista também rendimentos associados a reembolso de custas judiciais, no valor de Euros 4.406.

Em “Quotizações” encontram-se registadas as quotas pagas à APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios e à APCRI – Associação Portuguesa de Capital de Risco, enquanto na rubrica “Donativos” são contabilizados os apoios da IMGa a diversas instituições gestoras de projetos sociais, no âmbito do “Dia Solidário” da IMGa e do Grupo CIMD.

A rubrica de “Impostos” regista, maioritariamente, em 2023 e 2022 o Imposto de Selo referente à comissão de comercialização variável do Millennium bcp.

Em 2023 os “Outros gastos de exploração” incluem, principalmente, o montante de Euros 64.590 relativos a trabalhos desenvolvidos no âmbito de recuperação de impostos liquidados à AT e Euros 4.831 resultantes de gastos incorridos pela Sociedade resultante de erros operacionais no âmbito da gestão dos fundos geridos. Comparativamente com os dados de 2022, Euros 20.762 respeitam a gastos incorridos pela Sociedade resultante de erros operacionais e Euros 4.237 são relativos a gastos de exercícios anteriores.

NOTA 5 - GASTOS COM PESSOAL

A rubrica “Gastos com pessoal” é decomposta do seguinte modo:

	2023	2022
	Euros	Euros
Remunerações	3 106 585	2 661 419
Encargos sociais obrigatórios	560 725	522 077
Encargos sociais facultativos	138 301	152 514
Indemnizações contratuais	-	2 500
	3 805 610	3 338 510

A variação registada na rubrica Remunerações deveu-se, fundamentalmente, ao aumento do número de colaboradores e ao aumento do valor pago a título de remuneração variável, em linha com o crescimento dos resultados.

Em 2023 a rubrica “Encargos sociais facultativos” é composta pelo montante de Euros 35.509 referente a Formação do pessoal (Euros 49.385 em 2022). Inclui também o apoio às refeições dos colaboradores da IMGA, no montante de Euros 23.903 (2022: Euros 28.106) e o seguro vida no montante de Euros 40.640.

O número médio de colaboradores ao serviço, nos exercícios de 2023 e 2022, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2023	2022
Comissão Executiva	3	3
Administrador Independente	1	1
Direção	6	5
Específicas / Técnicas	32	31
	42	40

NOTA 6 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A composição desta rubrica é a seguinte:

	2023	2022
	Euros	Euros
Água, energia e combustíveis	45 933	27 803
Material de consumo corrente	10 350	5 444
Publicações	158	318
Material de higiene e limpeza	3 344	4 700
Rendas e alugueres	41 156	25 881
Comunicações	37 111	32 393
Deslocações, estadas e representações	105 992	56 552
Publicidade	270 452	128 341
Conservação e reparação	67 855	59 798
Estudos e consultoria	310 140	418 268
Informática	726 376	692 744
Outsourcing e trabalho independente	644 252	613 670
Serviços de limpeza	3 721	3 400
Outros serviços especializados	26 479	4 157
Seguros	22 604	16 499
Contencioso	100 353	71 262
Outros fornecimentos e serviços	10 331	13 318
	2 426 609	2 174 550

No exercício de 2023, das rubricas de “Gastos gerais administrativos” que apresentaram variações mais relevantes relativamente a 2022, destacam-se as seguintes:

- A rubrica de “Deslocações, estadas e representações” regista um incremento para o dobro, que resulta do aumento das atividades em representação da Sociedade;
- A rubrica de “Publicidade” registou aumento significativo, como consequência da promoção do fundo IMGA Ações Portugal junto de clientes, ascendendo em 2023 a Euros 138.375;
- A rubrica de “Outros serviços especializados”, onde se verifica o maior aumento relativo em resultado do investimento com a plataforma AllFunds de Euros 19.475 que em 2022 não se verificava;
- O aumento das rubricas “Água, energia e combustíveis” e “Material de consumo corrente” advém do incremento dos custos dos serviços referidos, bem como do retomar do normal desenvolvimento da atividade da empresarial;
- A rubrica de “Informática”, que em 2023 representa 30% dos Gastos gerais administrativos (32% em 2022), registou um aumento de 4,9% (Euros 33.632) entre os anos em causa. Nesta rubrica estão registados serviços de desenvolvimento de software de apoio à gestão;
- A rubrica de “Outsourcing e trabalho independente” representa um valor significativo na estrutura de gastos gerais da Sociedade (27% em 2023 e 28% em 2022) e inclui gastos de natureza diversa, com destaque para: (i) serviços de contabilidade; (ii) manutenção de softwares específicos de suporte à atividade dos fundos e de apoio à gestão (Binfólio, SIGMA, EMIR); e, (iii) serviços de valorização de instrumentos financeiros.

De salientar que a rubrica “Rendas e alugueres” contabiliza locações de ativos, designadamente escritório, viaturas, equipamento de impressão e dispensadores de água.

NOTA 7 – DEPRECIações E AMORTIZAções DO EXERCÍCIO

O valor desta rubrica é composto por:

	2023	2022
	Euros	Euros
Ativos intangíveis		
"Software"	19 648	24 429
Outros	125 000	125 000
	144 648	149 429
Ativos tangíveis		
Imóveis	25 038	25 038
Imóveis sob direito de uso	273 543	253 633
Equipamentos		
Mobiliário e materiais	11 274	15 121
Equipamento telefónico	9 765	9 128
Equipamento administrativo	348	348
Equipamento informático	25 172	28 568
Instalações interiores	1 139	1 139
Equipamento de transporte sob direito de uso	63 716	42 151
Outros equipamentos	2 809	2 809
Outros ativos tangíveis	1 504	1 504
	414 308	379 440
	558 956	528 869

As movimentações, com referência a 31 de dezembro de 2023, das rubricas de “Ativos intangíveis” e de “Ativos tangíveis” são apresentadas nas notas 12 e 11, respetivamente.

Em 2023 e 2022, as rubricas “Imóveis sob direito de uso” e “Equipamento de Transporte sob direito de uso” registam os valores de depreciações do exercício resultantes da aplicação da IFRS 16.

NOTA 8 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

À data de 31 de dezembro de 2023, a rubrica “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” regista o montante de Euros 1.935, que inclui o valor de moeda estrangeira em caixa no final de 2023.

NOTA 9 - DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	2023	2022
	Euros	Euros
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
Depósitos à Ordem	2 189 937	1 857 833
Depósitos a Prazo	4 000 000	3 500 000
Outros Instrumentos Financeiros	-	-
	6 189 937	5 357 833

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 2023 e 2022 esta rubrica inclui os valores relativos ao Fundo de Compensação do Trabalho da IMG A e a aplicação realizada em Títulos do Tesouro depositados junto do BCP.

	2023	2022
	Euros	Euros
Fundo de Compensação do Trabalho	92 689	82 075
Títulos BCP	1 099 010	-
	1 191 699	82 075

NOTA 11 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	2023	2022
	Euros	Euros
Imóveis	347 331	347 331
Imóveis sob direito de uso	2 641 662	2 499 340
Equipamentos		
Mobiliário e materiais	146 789	120 976
Equipamento telefónico	130 574	122 964
Equipamento administrativo	2 232	2 232
Equipamento informático	330 426	296 780
Instalações interiores	10 310	10 310
Equipamento de transporte sob direito de uso	343 582	303 918
Outros equipamentos	23 484	23 484
Outros ativos tangíveis	12 035	12 035
	3 988 424	3 739 370
Depreciações acumuladas		
Relativas ao período corrente	(292 512)	(343 359)
Relativas a períodos anteriores	(2 125 003)	(1 781 644)
	(2 417 515)	(2 125 003)
	1 570 910	1 614 367

Em 2023 a rubrica “Imóveis sob direito de uso” apresenta os valores do contrato de arrendamento do escritório da Sociedade.

O incremento verificado em “Equipamento de Transporte sob direito de uso” é referente a novos contratos de locação de viaturas, também abrangidos pela aplicação da IFRS 16.

Apresentam-se de seguida os movimentos na rubrica de “Outros ativos tangíveis” registados durante o ano de 2023:

	1 de jan. 2023	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	31 de dez. 2023
	Euros	Euros	Euros	Euros
Custo				
Imóveis	347 331	-	-	347 331
Imóveis sob direito de Uso	2 499 340	1 537 979	(1 395 657)	2 641 662
Equipamentos				
Mobiliário e materiais	120 976	25 813	-	146 789
Equipamento telefónico	122 965	7 609	0	130 574
Equipamento administrativo	2 232	-	-	2 232
Equipamento informático	296 781	33 646	-	330 426
Instalações interiores	10 310	-	-	10 310
Equipamento de transporte sob direito de uso	303 917	207 816	(168 152)	343 582
Outros equipamentos	23 484	-	-	23 484
Outros ativos tangíveis	12 035	-	-	12 035
	3 739 370	1 812 863	(1 563 809)	3 988 424
Depreciações acumuladas				
Imóveis	132 632	25 038	-	157 670
Imóveis Sob Direito de Uso	1 367 680	318 699	-	1 686 378
Equipamentos	-			
Mobiliário e materiais	88 743	11 274	-	100 017
Equipamento telefónico	87 843	9 765	-	97 608
Equipamento administrativo	1 555	348	-	1 903
Equipamento informático	262 743	25 172	-	287 915
Equipamento de transporte sob direito de uso	161 687	63 717	(166 952)	58 452
Instalações interiores	6 750	1 139	-	7 889
Outros equipamentos	8 537	2 809	-	11 347
Outros ativos tangíveis	6 832	1 504	-	8 337
	2 125 003	459 464	(166 952)	2 417 515
	1 614 367	1 353 399	(1 396 857)	1 570 910

Comparativamente com os valores de 2022:

	2023	2022
	Euros	Euros
Imóveis	347 331	347 331
Imóveis sob direito de uso	2 641 662	2 499 340
Equipamentos		
Mobiliário e materiais	146 789	120 976
Equipamento telefónico	130 574	122 964
Equipamento administrativo	2 232	2 232
Equipamento informático	330 426	296 780
Instalações interiores	10 310	10 310
Equipamento de transporte sob direito de uso	343 582	303 918
Outros equipamentos	23 484	23 484
Outros ativos tangíveis	12 035	12 035
	3 988 424	3 739 370
Depreciações acumuladas		
Relativas ao período corrente	(292 512)	(343 359)
Relativas a períodos anteriores	(2 125 003)	(1 781 644)
	(2 417 515)	(2 125 003)
	1 570 910	1 614 367

NOTA 12 - ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor desta rubrica é composto por:

	2023	2022
	Euros	Euros
Software	378 265	295 351
Outros ativos intangíveis	2 500 000	2 00 000
Ativos Intangíveis em Curso	100 245	35 363
	2 978 510	2 830 713
Amortizações acumuladas		
Relativas ao período corrente	(144 648)	(149 429)
Relativas a períodos anteriores	(885 789)	(736 360)
	(1 030 437)	(885 789)
	1 948 074	1 944 924

No exercício de 2023 a rubrica de “Software” registou um incremento na sequência de transferência de ativos em curso para essa rubrica, no valor de Euros 82.915, e da aquisição de sistemas de apoio à gestão, nomeadamente no âmbito do cumprimento dos critérios de ESG (*Environmental, Social and Governance*).

A rubrica “Outros ativos intangíveis”, no valor de Euros 2.500.000, contabiliza o valor referente à carteira de Fundos cuja gestão foi transferida da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo em 2017.

Os movimentos na rubrica de Ativos intangíveis durante o ano de 2023 foram os seguintes:

	1 de Jan. 2023	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	31 de dez. 2023
	Euros	Euros	Euros	Euros
Custo				
Software	295 351	82 914	-	378 265
Outros ativos intangíveis	2 500 000	-	-	2 500 000
Ativos intangíveis em curso	35 363	64 883	-	100 245
	2 830 713	147 797	-	2 978 510
Amortizações acumuladas				
Software	229 539	19 648	-	249 187
Outros ativos intangíveis	656 250	125 000	-	781 250
	885 789	144 648	-	1 030 437
	1 944 924	3 150	-	1 948 074

Comparativamente com os valores de 2022:

	1 de Jan. 2022	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	31 de dez. 2022
	Euros	Euros	Euros	Euros
Custo				
Software	219 949	75 401	-	295 351
Outros ativos intangíveis	2 500 000	-	-	2 500 000
Ativos intangíveis em curso	34 044	35 363	(34 044)	35 363
	2 753 993	110 764	(34 044)	2 830 713
Amortizações acumuladas				
Software	205 110	24 429	-	229 539
Outros ativos intangíveis	531 250	125 000	-	656 250
	736 360	149 429	-	885 789
	2 017 632	(38 664)	(34 044)	1 944 924

NOTA 13 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A rubrica de impostos sobre o rendimento pode ser analisada como se segue:

	2023	2022
	Euros	Euros
Impostos correntes		
Do exercício	1 065 827	656 157
	1 065 827	656 157
Correção de estimativa para impostos	(13 702)	(34 242)
Impostos diferidos	-	2 131

Na rubrica “Correção de estimativa para impostos” foi registada a correção de estimativa de imposto de IRC de 2022.

A rubrica de ativos por "Impostos diferidos" foi totalmente revertida a 31 de dezembro de 2023 (2022: Euros 2.131). Este ativo tinha sido gerado por diferenças temporárias fiscais associadas a gastos pagos pela Sociedade no passado (reformas antecipadas) ainda no âmbito do grupo Millennium bcp.

Essa situação gerou, assim, impostos diferidos referentes aos desvios atuariais reconhecidos por contrapartida de reservas, em resultado da alteração da política contabilística (no âmbito da Lei 61/2014, de 26 de agosto, que aplicou o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas por imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados).

Os Impostos diferidos foram reconhecidos através de resultados no montante de Euros 2.131. Esses impostos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas em vigor na data de balanço.

Em 2023, a rubrica de “Passivos por impostos correntes” regista o valor de Euros 515.161, que inclui a totalidade do valor da estimativa de imposto de 2023.

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	2023	2022
Taxa de IRC (a)	21%	21%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa de derrama estadual (b)	3%	3%
Total (c)	25,5%	25,5%

(a) Aplicada aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais.

(b) Taxa aplicável a partir da matéria coletável de 1,5M até 7,5M.

(c) Aplicada aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias.

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2023		2022	
	%	Euros	%	Euros
Resultado antes de imposto		4 013 931		2 567 844
Acréscimo para efeitos do apuramento do lucro tributável		716 260		540 704
Benefícios fiscais não reconhecidos em resultados		(465 709)		(434 931)
Lucro Tributável		4 264 482		2 673 617
IRC		895 541		561 459
Derrama Municipal		63 967		40 104
Derrama Estadual		82 934		35 208
Tributação autónoma		23 384		19 384
Imposto estimado do período		1 065 827		656 157
Correções de períodos anteriores		-		-
Imposto Corrente	26,55%	1 065 827	25,55%	656 157

NOTA 14 - OUTROS ATIVOS

A composição desta rubrica é a seguinte:

	2023	2022
	Euros	Euros
Ativos Correntes		
Gastos antecipados	118 719	139 617
Outros rendimentos a receber	1 703 285	970 834
Contas diversas	82 611	75 130
	1 904 615	1 185 580
Ativos Não Correntes		
Outros rendimentos a receber	62 733	101 841
Contas diversas	98 312	98 312
	161 045	200 154
	2 065 660	1 385 734

Em Ativos Correntes, a rubrica “Outros rendimentos a receber” regista as contas correntes de clientes e outros devedores, sendo composta essencialmente pela faturação da comissão de gestão cobrada pela Sociedade aos Fundos.

Em Ativos Não Correntes estão contabilizados montantes a receber referentes a cauções de rendas de instalações e outras dívidas relacionadas com processos fiscais.

NOTA 15 – PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

Esta rubrica inclui os passivos de locação, registados no âmbito da aplicação da IFRS 16 no exercício de 2023, e compreende os seguintes valores em função do prazo de liquidação:

	2023	2022
	Euros	Euros
Passivos de Locação		
Valor a curto prazo (liquidação inferior a 12 meses)	336.110	302.270
Valor a médio/longo prazo (superior a 12 meses)	927.184	1.058.228
	1.263.294	1.360.498

O valor de passivos de locação apresenta valores de arrendamento do escritório da Sociedade e contratos de locação de viaturas.

Em 2023 foram pagas locações (rendas) no valor de Euros 376.339 (2022: Euros 337.607). Em termos de maturidade, as rendas a pagar associadas aos passivos de locação e não deduzidas dos encargos financeiros, são as seguintes: (i) até um ano – Euros 373.160; (ii) de um a cinco anos – Euros 977.005.

NOTA 16 - OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	2023	2022
	Euros	Euros
Passivo Corrente		
Outros credores	174 198	108 521
Setor público administrativo	205 757	160 256
Encargos a pagar por gastos com pessoal	1 040 643	775 888
Outros encargos a pagar	2 851 484	1 790 684
	4 272 082	2 835 348
Passivo Não Corrente		
Outros credores	9 348	9 348
Encargos a pagar por gastos com pessoal	294 432	246 641
	303 780	255 989
	4 575 862	3 091 337

Em Passivo Corrente, a rubrica de “Encargos a pagar por gastos com pessoal” inclui as Férias e Subsídio de Férias a pagar e os prémios a atribuir aos colaboradores da Sociedade no ano seguinte.

Em 2023, os “Outros encargos a pagar” regista a comissão de comercialização variável do Millennium bcp, no valor de Euros 2.673.089 (2022: Euros 1.676.372), que é faturada e paga no ano seguinte, e acréscimos de gastos diversos a pagar, que ascenderam a Euros 178.395 (2022: Euros 114.312).

Em Passivo Não Corrente, na rubrica de “Outros credores” encontra-se contabilizado o saldo por reembolsar aos participantes do fundo Millennium PPA, já liquidado.

Na rubrica de “Encargos a pagar por gastos com pessoal” estão registados os prémios a pagar aos colaboradores num prazo igual ou superior a dois anos.

NOTA 17 - CAPITAL

O capital social no montante de Euros 1.000.000 da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. está integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.000.000 ações de valor nominal de 1 Euro cada.

NOTA 18 - RESERVA LEGAL

Nos termos da legislação portuguesa, a Sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal em pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída.

A Sociedade já possui a reserva legal mínima obrigatória, pelo que não foi efetuado qualquer reforço no exercício.

NOTA 19 - RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	2023	2022
	Euros	Euros
Outras reservas e resultados acumulados		
Reserva legal	1 000 001	1 000 001
Outras reservas e resultados transitados	1 654 220	1 840 500
	2 654 221	2 840 501

Em 2023, a IMGA procedeu à distribuição de reservas livres no montante de Euros 2.200.000, correspondente a Euros 2,20 por ação.

_NOTA 20 - ATIVOS SOB GESTÃO

Em 31 de dezembro de 2023, o valor global dos fundos mobiliários geridos pela Sociedade é composto por:

FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO	EUROS
FUNDOS ABERTOS	
FUNDOS DE CURTO PRAZO	
CA Monetário	59 658 915
CA Curto Prazo	15 942 116
IMGA Money Market	684 684 208
IMGA Money Market USD	12 912 619
IMGA Liquidez	555 859 352
FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	
IMGA Divida Pública Europeia	10 551 531
IMGA Euro Taxa Variável	227 500 321
IMGA Iberia Fixed Income ESG	3 477 587
IMGA Rendimento Mais	77 710 189
IMGA Rendimento Semestral	189 430 243
CA Rendimento	117 196 219
IMGA Financial Bonds 3 1/2	5 247 369
IMGA Financial Bonds 3Y 2,25%	189 348 757
IMGA Obrigações Globais Euro 2024	34 909 886
IMGA Obrigações Globais Euro 2025	13 565 572
FUNDOS MULTIATIVOS	
IMGA Alocação Conservadora	779 636 022
IMGA Alocação Dinâmica	76 236 954
IMGA Alocação Moderada	197 033 061
IMGA Alocação Defensiva	18 483 734
IMGA Flexível	11 817 154
EUROBIC Seleção TOP	4 365 354
FUNDOS DE AÇÕES	
IMGA Ações América	54 565 554
IMGA Ações Portugal	208 249 605
IMGA European Equities	53 446 161
IMGA Global Equities Selection	25 928 509
IMGA Iberia Equities ESG	5 492 740
FUNDOS DE POUPANÇA-REFORMA HARMONIZADOS	
IMGA Poupança PPR/OICVM	443 677 792
IMGA Investimento PPR/OICVM	44 726 140
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -34	1 767 633
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	2 888 980
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	4 281 693
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida +55	7 994 218
FUNDOS ALTERNATIVO-MOBILIÁRIO ABERTO	
IMGA PME Flex	753 627
TOTAL DE ATIVOS SOB GESTÃO	4 139 339 812

A composição do valor global dos fundos de capital de risco geridos pela Sociedade é a seguinte a 31 dezembro 2023:

FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO	EUROS
FUNDOS FECHADOS	
Mondego Invest	1 852 475
Capitalves SIFIDE	14 123 727
One Kapital - Fundo de Capital de Risco	2 044 849
TOTAL DE ATIVOS SOB GESTÃO	18 021 051

NOTA 21 - CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Os valores registados nas rubricas extrapatrimoniais podem ser apresentados conforme segue:

	2023	2022
	Euros	Euros
Valores administrados pela Sociedade	4 157 360 868	3 620 202 668
Garantia a favor de terceiros	100 976	100 976

NOTA 22 - JUSTO VALOR

A Sociedade atualiza mensalmente o valor dos Fundos de Compensação do Trabalho e dos Títulos do Tesouro Espanhol, registados na rubrica “Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados”, com base, respetivamente, na cotação disponibilizada pela entidade gestora desses Fundos e na cotação de mercado. Os dados utilizados para mensurar o justo valor nos dois ativos aqui reconhecidos, encontram-se no nível 1 na hierarquia do justo valor.

NOTA 23 - PARTES RELACIONADAS

Conforme definido na IAS 24, para além das entidades que controlam ou exercem influência significativa sobre a Sociedade, são também partes relacionadas os membros do Conselho de Administração.

Não se registaram quaisquer autorizações para a realização de negócios entre a Sociedade e os seus Administradores, nos termos definidos no artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Em 2023 foram efetuadas transações intragrupo conforme se apresenta:

	Gastos	Rendimentos	Saldo em 31 dezembro 2023
Intermoney Valora Consulting, S.A.	213 964	-	18 933
CIMD, S.A.	35 354	-	-
Intermoney Consultoria, S.A.	30 000	-	2 500
	Gastos	Rendimentos	Saldo em 31 dezembro 2022
Intermoney Valora Consulting, S.A.	216 744	-	27 262
CIMD, S.A.	10 122	-	-
Intermoney Consultoria, S.A.	30 000	-	2 500

As naturezas do relacionamento da IMGA com estas entidades referem-se a gastos com seguros, valorização de instrumentos financeiros e utilização das plataformas SIGMA e EMIR.

Remunerações a membros do Conselho de Administração

No ano de 2023 foi pago o valor global de Euros 572.834 (2022: Euros 494.696).

NOTA 24 - GESTÃO DE RISCOS

Dada a natureza dos ativos que constituem o balanço, na sua maioria depósitos à ordem junto de Instituições de Crédito previamente avaliadas pela Sociedade e valores a receber das comissões de gestão dos fundos sob gestão, a Sociedade apresenta um nível reduzido de exposição ao risco de contraparte e aos riscos associados ao não pagamento dos montantes a receber, não existindo qualquer historial ou indícios de incumprimento das suas contrapartes.

Quanto aos restantes riscos, nomeadamente os riscos de mercado, o grau de exposição é diminuto, sem expressão.

NOTA 25 – REQUISITOS PRUDENCIAIS

Os Fundos Próprios e os Requisitos de Fundos Próprios da Sociedade são calculados de acordo o artigo 31.º do Regime da Gestão de Ativos (RGA).

	2023 Euros	2022 Euros
Capitais Próprios:		
Capital realizado	1 000 000	1 000 000
Reservas	2 654 221	2 840 501
Total	3 654 221	3 840 501
Fundos próprios totais	1 706 148	1 893 445
Requisitos de fundos próprios	1 435 901	1 287 231

De acordo com o Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, a Sociedade tem de deter, a todo tempo, Fundos Próprios iguais ou superiores ao montante calculado em função das despesas gerais fixas previsto nos n.º 1 a 3 do artigo 97.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, ou ao montante adicional ao capital inicial mínimo a constituir sempre que o valor líquido global das carteiras sob sua gestão exceder Euros 250.000.000 de acordo com Artigo 31.º-M do referido Decreto-Lei.

O montante de Fundos Próprios adicional exigido é igual a 0,02% do montante em que o valor líquido global das carteiras sob gestão exceda o montante de Euros 250.000.000, não podendo a soma do capital inicial com o montante suplementar de Fundos Próprios exigidos ser superior a Euros 10.000.000.

NOTA 26 - FACTOS RELEVANTES

Em 2023 a IMGA confirmou o crescimento da comercialização dos fundos por si geridos e consolidou a atividade no mercado de fundos de capital de risco.

NOTA 27 – NORMAS CONTABILÍSTICAS RECENTEMENTE EMITIDAS

Apresentam-se de seguida as novas normas e alterações às normas IFRS em vigor, com impacto direto na Sociedade, apresentando uma descrição sumária das alterações e o respetivo status de endosso pela União Europeia, com referência a 31 de dezembro de 2023.

O resumo abaixo não apresenta as alterações às normas publicadas pelo IASB ainda não endossadas pela União Europeia.

Alteração às Normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2023:

Norma

IAS 1 - Divulgação de políticas contabilísticas.

Descrição Sumária

Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas que passam a ser baseadas na definição de “material”, em detrimento de “significativo”.

A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras.

As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas.

Regulamento de Endosso

Regulamento (UE) N.º 2022/357, de 2 de março.

Data de Eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

Norma

IAS 8 - Divulgação de estimativas contabilísticas

Descrição Sumária

Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.

Regulamento de Endosso

Regulamento (UE) N.º 2022/357, de 2 de março.

Data de Eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

Norma

IAS 12 - Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação

Descrição Sumária

A IAS 12 passa a exigir que as entidades registem imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis.

As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes com os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais.

Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos.

O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado.

Regulamento de Endosso

Regulamento (UE) N.º 2022/1392, de 11 de agosto.

Data de Eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

NOTA 28 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram quaisquer factos, após 31 de dezembro de 2023, que alterem significativamente a apresentação das demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2024, sendo integradas nas contas do Grupo CIMD, entidade que detém a totalidade do capital social da Sociedade.

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 12 968 213 euros e um total de capital próprio de 6 613 896 euros, incluindo um resultado líquido de 2 959 675 euros), a Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

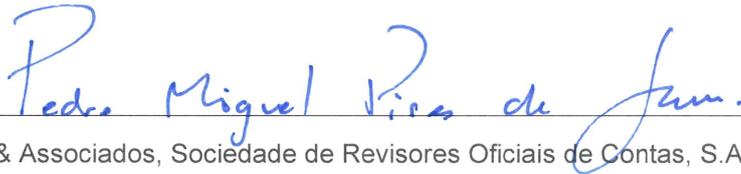
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 29 de fevereiro de 2024



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº 1930 e registado na CMVM com nº 20190019)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **IM GESTÃO DE ATIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.** (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 12.968.213 euros e um total de capital próprio de 6.613.896 euros, incluindo um resultado líquido de 2.959.675 euros), a Demonstração dos Resultados e do Outro Rendimento Integral, a Demonstração das alterações dos capitais próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **IM GESTÃO DE ATIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se

concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 29 de fevereiro de 2024

PONTES, BAPTISTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Número de registo na CMVM: 20161505
Número de registo na OROC: 209
Representada por



Luís Baptista

Número de registo na CMVM: 20160809
Número de registo na OROC: 1198

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, submetemos à Vossa apreciação, o Relatório sobre a atividade desenvolvida, o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração, bem como, o nosso Parecer sobre a Certificação Legal de Contas pelo Revisor Oficial de Contas, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1. No âmbito das competências e deveres legais e estatutários, acompanhámos a atividade da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. no decorrer do exercício de 2023, nomeadamente:

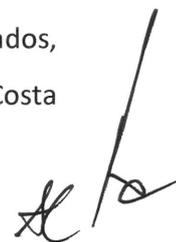
- Verificámos a adequação das políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade na preparação das suas Demonstrações Financeiras e apurámos que as mesmas conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados da Sociedade;
- Verificámos que, relativamente aos Organismos de Investimento Coletivo geridos pela Sociedade, está em curso a preparação das suas Demonstrações Financeiras, cujo processo tem sido acompanhado.

2. Nas reuniões realizadas com o Conselho de Administração, através da Comissão Executiva, e com os Diretores de Topo, obtivemos toda a informação e todos os esclarecimentos solicitados sobre:

- O processo de preparação e divulgação da informação financeira;
- O sistema de gestão de riscos e de controlo interno em vigor.

3. Relativamente à auditoria:

- Acompanhámos a revisão legal das contas realizada pela Pontes, Baptista & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada pelo Dr. Luís Fernando da Costa



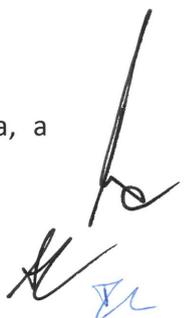

Baptista, com quem reunimos regularmente, tendo verificado e registado a sua declaração de independência e tendo tomado conhecimento do relatório de conclusões e recomendações de auditoria interna, bem como da Certificação Legal das Contas que, sem reservas ou ênfases, merece o acordo do Conselho Fiscal;

- Obtivemos dos auditores externos, Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, toda a colaboração necessária e tomámos conhecimento do Relatório de Auditoria com o âmbito e calendário do exame, a metodologia e abordagem de auditoria, a materialidade e outros temas relevantes do trabalho efetuado, tendo debatido com aquele as questões relacionadas com a auditoria às contas a que o relatório respeita, cujo conteúdo também merece o acordo do Conselho Fiscal;
 - A Certificação Legal de Contas e o Relatório dos Auditores Externos indicam que as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2023 apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da IM Gestão de Ativos, o seu desempenho e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data e que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e não foram identificadas incorreções materiais.
4. Assim concluímos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e as correspondentes Notas Anexas às Demonstrações Financeiras, bem como o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade e satisfazem as disposições contabilísticas, legais e estatutárias em vigor.

Parecer sobre o Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras e sobre a Proposta de aplicação dos Resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Face ao exposto o Conselho fiscal dá parecer que:

1. Sejam aprovados o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a



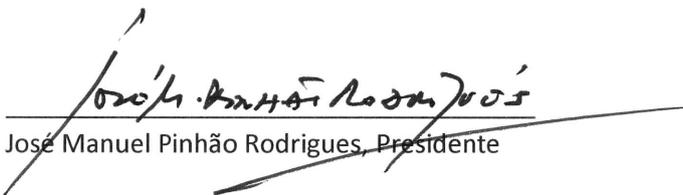
Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e as Notas Anexas às Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023;

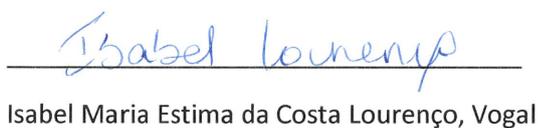
2. Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados líquidos do ano 2023 apresentada pelo Conselho de Administração.

Finalmente o Conselho Fiscal expressa ao Conselho de Administração e à sua Comissão Executiva, bem como aos colaboradores da IMGA com quem mais diretamente se relacionou, o seu agradecimento pela disponibilidade e qualidade do apoio que sempre lhe prestaram.

Lisboa, vinte e nove de fevereiro de dois mil e vinte e quatro

O Conselho Fiscal


José Manuel Pinhão Rodrigues, Presidente


Isabel Maria Estima da Costa Lourenço, Vogal


António Joaquim dos Santos Lindeza, Vogal